

Novembro de 2026

Apêndice Técnico nº 1

Conectividade entre Demonstrações Financeiras e Efeitos Financeiros dos Riscos e Oportunidades Relacionados à Sustentabilidade

Complemento ao Guia de Implementação da IFRS S1 e IFRS S2 para Instituições Financeiras Brasileiras

Apoio técnico

FEBRABAN | blendON

Apêndice Técnico nº 1 — Conectividade entre Demonstrações Financeiras e Efeitos Financeiros dos Riscos e Oportunidades Relacionados à Sustentabilidade

Realização:

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

Amaury Oliva
Diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação

Cintia Oller Cespedes
Gerente de Sustentabilidade

Juan Manuel Pereira Saeta
Assessor de Sustentabilidade

Organização responsável pelo estudo:

blendON
Denys Roman
Beatriz Lombarde de Moraes

Parceria técnica:

blendON

Agradecimentos:

Comitê ESG
Squad IFRS S1 e S2

Publicação: Novembro de 2026

FEBRABAN

www.febraban.org.br | sustentabilidade@febraban.org.br

Sumário

Capítulo 1
Introdução, escopo e hierarquia técnica 4

Capítulo 2
O conceito de conectividade no reporte financeiro relacionado à sustentabilidade 9

Capítulo 3
Materialidade, efeitos financeiros e reconhecimento contábil 21

Capítulo 4
Efeitos financeiros atuais e previstos 27

Capítulo 5
Efeitos financeiros resultantes dos canais de transmissão 36

Capítulo 6
Matriz de conectividade 46

Capítulo 7
Premissas, dados e consistência entre sustentabilidade, finanças e contabilidade 55

Referências 62

Anexo A 64



Apêndice Técnico

Capítulo 1

Introdução, escopo e hierarquia técnica

1.1. FINALIDADE DO APÊNDICE

Este Apêndice complementa o **Guia de Implementação da IFRS S1 e IFRS S2 para Instituições Financeiras Brasileiras**, aprofundando um tema específico: a conectividade entre os riscos e as oportunidades de sustentabilidade e as demonstrações financeiras da entidade. O objetivo é apoiar instituições financeiras na compreensão de como riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade podem refletir, no presente ou no futuro, na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

O Guia apresenta a arquitetura normativa, o enquadramento regulatório aplicável às instituições financeiras brasileiras, as bases de implementação, os blocos centrais do reporte (governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas) e a preparação para publicação e asseguração. Este Apêndice não substitui esses capítulos. Na prática, ele deve ser lido como um complemento técnico ao capítulo do Guia principal que trata de efeitos financeiros correntes e antecipados e da conectividade com demonstrações financeiras. Seu papel é aprofundar o reporte de divulgações de riscos e oportunidades de sustentabilidade de forma conectada com demonstrações financeiras e informações financeiras relevantes.

A conectividade é especialmente relevante porque as Normas ISSB não tratam da sustentabilidade como um relatório isolado, desvinculado das decisões econômicas. Ao contrário, o IFRS S1 estabelece que as divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade integram os relatórios financeiros para fins gerais e devem ser úteis aos principais usuários (investidores, credores por empréstimos e outros credores) na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade.

Para instituições financeiras, esse tema assume relevância adicional. Riscos e oportunidades de sustentabilidade podem afetar carteiras de crédito, perdas esperadas, garantias, colaterais, instrumentos financeiros, valor justo, provisões, contingências, captação de recursos (*funding*), custo de capital, liquidez, emissões financiadas e oportunidades de novos negócios. Nem todos esses efeitos serão reconhecidos imediatamente nas demonstrações financeiras, mas podem ser materiais para que os usuários entendam as perspectivas da instituição.

O cerne, portanto, não é criar uma camada normativa. O foco é apoiar a implementação consistente dos requisitos já estabelecidos pelas Normas ISSB sobre conectividade, respeitando a natureza das demonstrações financeiras e a necessidade de julgamento técnico na preparação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. O resultado esperado é a capacidade das instituições financeiras de produzir divulgações conectadas, consistentes e documentadas.

Em termos operacionais, este Apêndice procura ajudar a instituição a responder à seguinte questão:

Como demonstrar, de maneira coerente e verificável, que os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade identificados pela instituição já afetaram ou podem afetar suas perspectivas financeiras?

A resposta exige mais do que relacionar temas de sustentabilidade a contas contábeis. A instituição precisa explicar os mecanismos pelos quais os efeitos podem ocorrer, os horizontes relevantes, as premissas utilizadas, as respostas estratégicas e a relação entre as informações apresentadas nas divulgações de sustentabilidade e nas demonstrações financeiras.

1.2. ESCOPO DO APÊNDICE

O escopo deste Apêndice abrange a conectividade entre as divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e as demonstrações financeiras, com foco nos efeitos financeiros atuais e previstos de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. O Apêndice se concentra nos requisitos do IFRS S1 e do IFRS S2 e em sua aplicação ao contexto de instituições financeiras.

Estão incluídos no escopo:

a. o conceito de conectividade e sua aplicação prática no reporte financeiro relacionado à sustentabilidade;
b. a diferença entre divulgação financeira relacionada à sustentabilidade e reconhecimento ou mensuração nas demonstrações financeiras;
c. a distinção entre efeitos financeiros atuais e efeitos financeiros previstos;
d. a divulgação de informações qualitativas quando a identificação de informações quantitativas não for possível;
e. os canais de transmissão relevantes para instituições financeiras, incluindo carteira de crédito, perdas esperadas, garantias, instrumentos financeiros, valor justo, *funding* e custo de capital;
f. a governança de dados, premissas, evidências e julgamentos necessários para sustentar divulgações conectadas;
g. exemplos ilustrativos para apoiar a aplicação prática dos requisitos.

Estão fora do escopo:

a. a substituição da leitura integral das Normas IFRS/ISSB, das normas contábeis aplicáveis ou da regulação prudencial vigente;
b. a definição de metodologia completa para quantificação do efeito financeiro de riscos e oportunidades;
c. cálculo de emissões de gases de efeito estufa, emissões financiadas, análise avançada de cenários ou mensuração de risco climático;
d. a emissão de orientação contábil sobre reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas, despesas ou instrumentos financeiros;
e. a produção de projeção financeira pública ou projeções de resultado que não sejam requeridas pelas Normas IFRS/ISSB;
f. a definição de procedimentos de asseguração ou auditoria independente.

1.3. CONCEITOS-CHAVE UTILIZADOS NO APÊNDICE

Para evitar ambiguidades ao longo dos capítulos, este Apêndice utiliza de forma consistente os conceitos a seguir:

Conceito	Uso neste Apêndice
Divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que podem razoavelmente afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital da instituição no curto, médio ou longo prazo, seguindo o conceito do IFRS S1.
Demonstrações financeiras	Conjunto de demonstrações elaboradas conforme as normas contábeis aplicáveis, incluindo informações reconhecidas, mensuradas, apresentadas e divulgadas segundo critérios próprios dessas normas.
Canais de transmissão	Efeito econômico causado pelo risco ou oportunidade na cadeia de valor (por exemplo, dano a ativos, redução de renda, perda de produção) que podem decorrer em efeitos financeiros atuais ou previstos nas instituições financeiras.
Conectividade	Forma de apresentação que permite aos usuários entenderem a relação entre si dos aspectos divulgados pelo relatório financeiro sobre sustentabilidade, e desses com as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras.
Efeitos financeiros atuais	Efeitos de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade sobre posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa no período de reporte.
Efeitos financeiros previstos	Efeitos esperados desses riscos e oportunidades no curto, médio e longo prazos, considerando como são incorporados ao planejamento financeiro da instituição.

Conceito	Uso neste Apêndice
Informação quantitativa	Informação expressa em valores, faixas, métricas ou montantes monetários, quando útil, suportada por base razoável.
Informação qualitativa	Informação narrativa ou descritiva que explica natureza, direção, canal de transmissão, incerteza, limitação, rubricas afetadas ou premissas relevantes.
Julgamento técnico	Avaliação feita pela instituição, com base em suas circunstâncias, dados disponíveis, relevância da informação ao usuário, incerteza e requisitos aplicáveis.

Assim como no Guia principal, foram utilizados ícones para indicar duas situações distintas:



Boas práticas: quando o texto apresenta sugestões de boas práticas, elaboradas neste Guia para apoiar a implementação dos pontos obrigatórios da Norma, como possíveis processos que a entidade pode adotar ou documentos que podem ser utilizados em determinadas etapas.



Exemplo: quando se trata de exemplos fictícios, utilizados apenas para ilustrar como aspectos específicos da Norma podem ser aplicados na prática.



Apêndice Técnico

Capítulo 2

O conceito de conectividade no reporte financeiro relacionado à sustentabilidade

2.1. O QUE É CONECTIVIDADE

Conectividade é a capacidade de apresentar informações financeiras relacionadas à sustentabilidade de modo que o usuário consiga entender as relações entre riscos e oportunidades, estratégia, gestão de riscos, métricas, metas, planejamento financeiro e demonstrações financeiras. Uma divulgação conectada evita que o relatório se torne uma coleção de informações isoladas, ainda que individualmente corretas.

No âmbito do IFRS S1, a conectividade ocorre em duas dimensões principais. A primeira é a conexão interna às divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, como a relação entre governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas. A segunda é a vinculação entre essas divulgações e os demais relatórios financeiros para fins gerais da entidade, incluindo as respectivas demonstrações contábeis.

A conectividade depende de processos, premissas, dados, controles e julgamentos que envolvem áreas como sustentabilidade, riscos, crédito, tesouraria, finanças, planejamento, contabilidade, controladoria, jurídico, *compliance* e relações com investidores. Para as instituições financeiras, ela deve permitir que o usuário entenda, por exemplo, se uma carteira exposta a setores intensivos em emissões está refletida apenas em métricas de emissões financiadas, ou se também influencia apetite a risco, política de crédito, precificação, *rating* interno, perdas esperadas, valor justo de instrumentos financeiros, concentração setorial, custo de captação de recursos ou estratégia de transição da carteira. Deste modo, a conectividade pode estar tecnicamente completa em relação a requisitos isolados, mas permanecer pouco útil se:

- a estratégia não for relacionada aos riscos;
- as metas não forem atreladas aos recursos necessários para alcançá-las;
- os efeitos financeiros não forem relacionados às exposições;
- as premissas forem conflitantes;
- as informações estiverem excessivamente fragmentadas; ou
- os valores apresentados não puderem ser relacionados a seu contexto financeiro.

As demonstrações financeiras e as divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade possuem objetivos complementares. As primeiras apresentam informações sobre ativos, passivos, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa. As segundas apresentam informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que podem afetar as perspectivas da entidade.

Existe uma área de interseção entre esses dois conjuntos: os efeitos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A conectividade deve tornar essa interseção compreensível.

Por exemplo, se uma instituição identifica risco físico das **mudanças climáticas** em uma carteira de crédito imobiliário, o usuário deve conseguir compreender:

- onde a exposição está concentrada;
- quais eventos físicos são considerados;
- quais os efeitos desses eventos físicos na instituição que possam afetar a decisão de usuários (por exemplo, se reduz valor de garantias);
- se já houve efeito sobre perdas esperadas;
- quais efeitos são esperados para períodos futuros;
- quais ações de gestão foram adotadas; e
- quais métricas são utilizadas para monitoramento.

Outro exemplo é o risco relacionado à **atração e retenção de talentos**. Se uma instituição identifica dificuldade crescente para atrair e reter profissionais em áreas críticas, como tecnologia, cibersegurança, ciência de dados ou gestão de riscos, o usuário deve conseguir compreender:

- em quais áreas, funções ou competências a exposição está concentrada;
- quais fatores estão contribuindo para esse risco (por exemplo, escassez de profissionais especializados ou aumento da concorrência no mercado de trabalho);
- quais os efeitos desse risco sobre a instituição que possam afetar a decisão dos usuários primários (como aumento dos custos de pessoal, atraso na execução de projetos estratégicos, maior exposição a riscos operacionais ou perda de capacidade de inovação);
- se já houve reflexos em indicadores como rotatividade, tempo de preenchimento de vagas, despesas com contratação ou retenção de profissionais;
- quais efeitos são esperados para períodos futuros sobre o desempenho financeiro e operacional da instituição;
- quais ações de gestão foram adotadas para mitigar esse risco (como programas de desenvolvimento, sucessão, revisão da estratégia de remuneração ou fortalecimento da marca empregadora); e
- quais métricas são utilizadas para monitoramento (por exemplo, taxa de rotatividade, índice de engajamento, tempo médio de contratação, percentual de posições críticas preenchidas ou investimentos em capacitação).

2.2. CONECTIVIDADE E COMPLEMENTARIDADE

Como já vimos, as demonstrações financeiras e as divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade têm funções complementares. As demonstrações financeiras apresentam informações sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa, observando os critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis. As divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, por sua vez, explicam riscos e oportunidades que podem afetar os fluxos de caixa, o acesso a financiamento ou o custo de capital da entidade no curto, médio e longo prazo.

Essa complementaridade é importante porque nem todo risco ou oportunidade material para fins de IFRS S1 estará necessariamente reconhecido nas demonstrações financeiras no período de reporte. Um risco de transição pode ser relevante para a estratégia de carteira e para o acesso a *funding*, mas ainda não gerar efeito mensurável em perdas esperadas. Um compromisso de biodiversidade pode ser relevante para o planejamento financeiro e para a alocação de capital, mas ainda não atender aos critérios de reconhecimento de uma obrigação presente. Uma oportunidade de financiamento sustentável pode ser relevante para receitas futuras e posicionamento estratégico, mas ainda não ter efeito material na demonstração do resultado do período.

A divulgação conectada deve ajudar o usuário a compreender essa diferença. O fato de um risco ou oportunidade não estar reconhecido nas demonstrações financeiras não significa, por si só, que ele seja irrelevante para o reporte de sustentabilidade. Da mesma forma, a existência de uma narrativa estratégica não substitui a necessidade de avaliar, quando aplicável, se há efeitos financeiros atuais, efeitos previstos, rubricas potencialmente afetadas, incertezas de mensuração ou diferenças relevantes de premissas.

Redação conservadora recomendada

Quando houver incerteza sobre o reflexo contábil de determinado risco ou oportunidade, a redação deve evitar afirmar que haverá reconhecimento, *impairment*, provisão ou perda esperada. O texto precisa indicar que o risco ou oportunidade pode afetar determinadas rubricas ou premissas, sujeito à avaliação da instituição conforme as normas contábeis aplicáveis e suas circunstâncias específicas.

Quadro 2.1 — Complementaridade entre demonstrações financeiras e divulgações de sustentabilidade

Elemento	Demonstrações financeiras	Divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade
Objeto principal	Ativos, passivos, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa reconhecidos, mensurados, apresentados ou divulgados conforme normas contábeis.	Riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que podem afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital.
Temporalidade	Foco no período de reporte, com estimativas e divulgações exigidas pelas normas contábeis.	Curto, médio e longo prazo, incluindo efeitos atuais e previstos.
Critério central	Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação contábil.	Utilidade para principais usuários na avaliação das perspectivas da entidade.
Exemplo	Perdas esperadas reconhecidas sobre carteira de crédito.	Explicação sobre como riscos e oportunidades podem afetar PD, LGD, garantias e estratégia de carteira.

2.3. TIPOS DE CONEXÃO A SEREM DEMONSTRADOS

A implementação da conectividade exige que a instituição avalie diferentes tipos de conexão. Nem todos estarão presentes com a mesma intensidade para todos os riscos e oportunidades. A extensão da divulgação dependerá da materialidade da informação, da natureza do risco ou oportunidade, da disponibilidade de dados, do nível de incerteza de mensuração e das circunstâncias específicas da instituição.

2.3.1. CONEXÃO ENTRE RISCOS E OPORTUNIDADES

Riscos e oportunidades de sustentabilidade podem ser interdependentes. Uma estratégia para reduzir exposição a determinado risco pode criar novas oportunidades ou novos riscos. Por exemplo, a redução gradual de exposição a setores intensivos em carbono pode reduzir riscos de transição da carteira, mas também afetar receitas,

relacionamento com clientes, concentração setorial, estratégia comercial e oportunidades de financiamento de transição.

2.3.2. CONEXÃO ENTRE RISCOS, ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIOS

A instituição deve explicar como os riscos e oportunidades identificados se relacionam com sua estratégia, modelo de negócios e cadeia de valor. Para uma instituição financeira, isso inclui considerar como as exposições de clientes, setores, geografias, produtos e garantias influenciam a estratégia de carteira, a originação de crédito, a estrutura de captação de recursos, a oferta de produtos sustentáveis e a gestão de capital.

2.3.3. CONEXÃO ENTRE ESTRATÉGIA, PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DE CAPITAL

A conectividade também exige coerência entre a estratégia divulgada e o planejamento financeiro. Se a instituição informa que pretende ampliar significativamente sua carteira de financiamento sustentável, reduzir exposição a determinados setores ou desenvolver produtos de transição, deve avaliar a que tempo e como essas decisões se conectam a receitas esperadas, custos, investimentos, captação de recursos, capital, liquidez, metas internas e efeitos financeiros previstos.

2.3.4. CONEXÃO ENTRE MÉTRICAS, METAS E EFEITOS FINANCEIROS

Métricas e metas devem ser apresentadas como informações integradas. Indicadores relacionados a temas como diversidade devem ser conectados, quando materiais, aos processos de gestão, à estratégia, aos horizontes temporais e aos possíveis efeitos financeiros. Uma meta de ampliar a participação de mulheres e pessoas negras em posições de liderança, por exemplo, pode exigir investimentos em recrutamento, desenvolvimento, sucessão e retenção de profissionais. A divulgação conectada precisa explicar como as métricas de representatividade, promoção e rotatividade são utilizadas na gestão, quais recursos foram ou serão alocados para o cumprimento da meta e quais efeitos financeiros atuais ou previstos podem surgir, como aumento temporário de despesas com treinamento e seleção, redução de custos de rotatividade, maior retenção de talentos e ganhos de produtividade.

2.3.5. CONEXÃO ENTRE PREMISSAS DE SUSTENTABILIDADE E PREMISSAS FINANCEIRAS

O IFRS S1 exige que os dados e premissas utilizados na preparação das divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade sejam consistentes, na medida do possível, com os dados e premissas correspondentes utilizados na preparação das respectivas demonstrações contábeis. Essa consistência deve considerar os requisitos das normas contábeis aplicáveis. Quando existirem diferenças significativas, a instituição deve explicar essas diferenças de forma que o usuário compreenda sua natureza e seus efeitos.

Diferenças podem ocorrer por razões legítimas, como horizontes temporais distintos, objetivos diferentes de mensuração, uso de cenários climáticos para resiliência, restrições contábeis de reconhecimento ou necessidade de estimativas mais amplas para efeitos financeiros previstos. A conectividade exige que entre as diferenças relevantes exista coerência, rastreabilidade e explicação.

Quadro 2.2 — Exemplo de conexão em cadeia: risco associado à segurança de barragens hidrelétricas financiadas

Elemento da divulgação	Exemplo de informação conectada
Risco relacionado à sustentabilidade	A instituição identificou exposição relevante a empresas do setor de geração de energia hidrelétrica cujos empreendimentos dependem da adequada gestão da segurança de barragens. Eventuais falhas estruturais, operacionais ou de governança podem gerar impactos ambientais, sociais, regulatórios e financeiros para os clientes financiados.
Governança	O Comitê de Riscos acompanha periodicamente a exposição da carteira a empreendimentos hidrelétricos considerados sensíveis, recebendo informações sobre concentração da carteira, critérios socioambientais de concessão de crédito, monitoramento de eventos relevantes e resultados da diligência socioambiental. Casos relevantes são reportados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração conforme a política de gerenciamento de riscos.
Estratégia	A instituição considera riscos relacionados à segurança de barragens em sua estratégia de financiamento para infraestrutura, incorporando critérios socioambientais na análise de novas operações e revisando periodicamente a exposição a setores de maior sensibilidade. Essa avaliação busca preservar a qualidade da carteira e reduzir potenciais impactos financeiros decorrentes de eventos materiais.
Gestão de riscos	O risco é incorporado ao processo de concessão, renovação e monitoramento de crédito por meio de diligência socioambiental, avaliação da situação regulatória dos empreendimentos, acompanhamento de eventos relevantes, revisão periódica do *rating* dos clientes e definição de limites de exposição por setor ou contraparte, quando aplicável.

Elemento da divulgação	Exemplo de informação conectada
Métricas	A instituição monitora, entre outros indicadores, o saldo da carteira exposta ao setor hidrelétrico, percentual de operações submetidas à diligência socioambiental reforçada, concentração por cliente e setor, quantidade de eventos socioambientais relevantes monitorados e evolução do *rating* interno das operações expostas.
Metas	A instituição estabeleceu como objetivo ampliar a cobertura da diligência socioambiental em operações de infraestrutura e fortalecer o monitoramento contínuo das exposições consideradas de maior risco, reduzindo a concentração em operações que não atendam aos critérios internos de gestão socioambiental.
Planejamento financeiro	Os resultados das avaliações podem influenciar o planejamento financeiro por meio da revisão de projeções de crescimento da carteira, da alocação de capital para determinados setores, da necessidade de reforço de provisões, da revisão do apetite a risco e das projeções de receitas futuras associadas ao segmento de infraestrutura.
Demonstrações financeiras	Dependendo da materialidade dos efeitos observados, as informações podem estar relacionadas às perdas de crédito esperadas (ECL), provisões, classificação de risco das operações, notas explicativas sobre risco de crédito, concentração setorial, gerenciamento de riscos financeiros e premissas utilizadas na mensuração das perdas esperadas.

2.4. IMPLICAÇÕES OPERACIONAIS PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A conectividade tem uma dimensão operacional relevante. Para que a divulgação seja consistente, a instituição precisa articular processos que muitas vezes estão distribuídos entre áreas diferentes. A área de sustentabilidade pode coordenar métricas, compromissos e narrativas; a área de riscos pode avaliar natureza, probabilidade e magnitude das exposições; as áreas de negócios podem avaliar efeitos comerciais; finanças e planejamento podem conectar esses elementos ao orçamento, *funding*, alocação

de capital e elaborar projeções; contabilidade e controladoria podem avaliar reflexos atuais nas demonstrações financeiras e notas explicativas; relações com investidores pode contribuir para a clareza e utilidade da divulgação para usuários externos.

Esse processo exige julgamento. A instituição deve avaliar quais conexões são materiais e necessárias para que os principais usuários compreendam suas perspectivas. Não se espera que todo risco de sustentabilidade seja conectado a todas as rubricas contábeis, nem que toda métrica seja traduzida em valor monetário. A expectativa é que as conexões relevantes sejam apresentadas de forma suficiente para explicar como o risco ou oportunidade pode afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital.

Nas fases iniciais de implementação, é natural que algumas instituições tenham mais informações qualitativas do que quantitativas para determinados efeitos financeiros previstos. Isso não elimina a necessidade de divulgação quando a informação for material. Nesses casos, a instituição deve explicar a limitação, identificar rubricas ou informações financeiras provavelmente afetadas e descrever o caminho de aprimoramento de dados, modelos e controles ao longo dos ciclos de reporte.

2.5. CONECTIVIDADE DIRETA E INDIRETA

Uma forma útil de organizar a análise é distinguir entre conexões diretas e indiretas com as demonstrações financeiras. Essa classificação é operacional e não substitui os requisitos do IFRS S1. A conexão direta ocorre quando um valor monetário, dado quantitativo ou informação específica divulgado nas informações financeiras relacionadas à sustentabilidade corresponde a uma rubrica, nota ou valor também apresentado nas demonstrações financeiras ou em nota explicativa. A conexão indireta ocorre quando a informação de sustentabilidade se relaciona com valores financeiros em nível diferente de agregação, ou quando afeta premissas, tendências, exposições ou decisões que não aparecem como uma linha isolada nas demonstrações financeiras.

Desse modo, uma despesa reconhecida no período por danos a uma instalação decorrentes de evento climático pode ter conexão direta com a demonstração do resultado ou com nota explicativa. Já uma métrica de exposição de garantias imobiliárias a áreas sujeitas a enchentes pode ter conexão indireta com risco de crédito, avaliação de colaterais e perdas esperadas, mesmo que não exista uma linha específica nas demonstrações financeiras com esse nome. A distinção é útil porque ajuda a instituição a decidir como apresentar a conexão: conexões diretas tendem a exigir referência mais específica a rubricas, valores ou notas; conexões indiretas buscam explicação do canal de transmissão, dos horizontes temporais, das premissas e das limitações de mensuração.

Quadro 2.3 — Conectividade direta e indireta

Tipo de conexão	Característica	Exemplo em instituição financeira
Direta	Valor ou informação divulgada em sustentabilidade se relaciona claramente com valor, rubrica ou nota das demonstrações financeiras.	Perda reconhecida por evento climático que afetou ativo próprio, com referência à despesa ou *impairment* reconhecido.
Indireta	Informação se relaciona com premissas, agregações, exposições ou riscos que influenciam valores financeiros, mas não aparece como linha isolada nas demonstrações financeiras.	Exposição de carteira a setores vulneráveis a transição climática conectada a risco de crédito, *spreads*, concentração e perdas esperadas.

2.6. COMO EVITAR UMA DIVULGAÇÃO MERAMENTE FORMAL

Uma divulgação pode estar formalmente organizada, mas ainda assim ser pouco conectada. Isso ocorre quando o relatório apresenta informações em blocos isolados, sem demonstrar como governança, estratégia, riscos, métricas, metas, planejamento financeiro e demonstrações financeiras se relacionam. O objetivo da conectividade é reduzir esse risco.

Para evitar uma divulgação meramente formal, a instituição deve priorizar explicações que mostrem relações causais e financeiras. Em vez de afirmar apenas que determinado tema é monitorado, deve explicar como ele entra no processo de gestão de riscos. Em vez de informar apenas a existência de uma meta, deve indicar como ela se relaciona com estratégia, alocação de recursos e efeitos financeiros previstos. Em vez de listar métricas, deve explicar como elas são utilizadas para avaliar desempenho, exposição ou resiliência.

Essa abordagem também ajuda a evitar excesso de informação desconectada. **O reporte não deve buscar incluir todo dado disponível, mas sim as informações ma-**

teriais e necessárias para que os principais usuários compreendam os efeitos atuais e previstos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade.

2.7. REVISÕES INTERNAS ANTES DA PUBLICAÇÃO

Antes da publicação, é recomendável que a instituição realize uma revisão integrada da divulgação. Essa revisão não deve se limitar a checar se os itens requeridos foram preenchidos. O objetivo é avaliar se a narrativa permite compreender a relação entre riscos e oportunidades, estratégia, métricas, metas, efeitos financeiros e demonstrações financeiras.

A revisão deve considerar, em especial, se as informações são consistentes com as demonstrações financeiras, com as notas explicativas, com o relatório da administração, com documentos de gestão de riscos, com comunicações ao mercado e com informações já utilizadas no relacionamento com investidores, credores e reguladores. Quando houver diferenças relevantes, elas devem ser compreendidas e, se necessário, explicadas.

A revisão também deve buscar sinais de desconexão, como: risco descrito como relevante sem qualquer explicação de canal financeiro; meta apresentada sem conexão com alocação de capital; oportunidade comercial sem relação com receitas, carteira ou captação de recursos (*funding*); efeito financeiro quantitativo sem premissas; ou ausência de explicação para não quantificação de efeito potencialmente relevante.

Pergunta central da revisão

Um usuário primário conseguiria entender, a partir da divulgação, como determinado risco ou oportunidade pode afetar a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa, o acesso a financiamento ou o custo de capital da instituição?

Quadro 2.4 — Sinais de alerta na revisão de conectividade

Sinal de alerta	Possível consequência	Ação recomendada
Riscos materiais sem canal de transmissão financeiro	Divulgação genérica e baixa utilidade para investidores e credores.	Explicar como o risco pode afetar carteira, garantias, perdas, receitas, despesas, captação de recursos (*funding*) ou capital.

Sinal de alerta	Possível consequência	Ação recomendada
Narrativa de estratégia sem conexão com planejamento financeiro	Dificuldade de compreender efeitos previstos e alocação de recursos.	Conectar ações estratégicas a investimentos, fontes de financiamento, receitas ou custos esperados.
Métricas ou metas sem relação com efeitos financeiros	Perda de conexão entre desempenho climático ou de sustentabilidade e perspectivas da instituição.	Explicar como métricas e metas informam gestão de riscos, oportunidades ou planejamento financeiro.
Premissas divergentes sem explicação	Risco de interpretação equivocada ou aparente inconsistência entre relatórios.	Identificar diferenças relevantes e explicar objetivo, horizonte, base ou requisito aplicável.
Ausência de justificativa para não quantificação	Fragilidade na aplicação dos requisitos sobre efeitos financeiros atuais ou previstos.	Documentar razão: efeito não separadamente identificável, alta incerteza ou ausência temporária de capacidades para efeitos previstos.



Apêndice Técnico

Capítulo 3

Materialidade, efeitos financeiros e reconhecimento contábil

3.1. MATERIALIDADE NO IFRS S1

É essencial distinguir três planos de análise: a materialidade da informação para fins de divulgação financeira relacionada à sustentabilidade; a existência de efeitos financeiros atuais ou previstos; e os critérios específicos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Como a conectividade exige que a relação, ou a ausência de semelhança imediata, seja explicada de forma compreensível, quando houver efeito contábil, a divulgação de sustentabilidade deve, se material, permitir que o usuário entenda como o risco ou oportunidade se conecta às demonstrações financeiras. Quando não houver efeito contábil, mas a informação for material para o IFRS S1, a instituição deve explicar a natureza dos efeitos esperados, os horizontes temporais, as rubricas potencialmente afetadas e as incertezas envolvidas, conforme aplicável.

Quadro 3.1 — Exemplo de risco e oportunidade sem efeito contábil cuja informação é material

Exemplo	Por que pode ainda não haver efeito contábil?	Como a divulgação pode ser conectada?
Enchentes em áreas com garantias imobiliárias	Pode faltar base de dados suficiente para refletir o risco no valor de garantias ou nas perdas esperadas.	Descrever concentração geográfica, políticas de avaliação, uso de seguros, monitoramento e rubricas potencialmente afetadas.
Oportunidade para financiamento sustentável	A carteira pode estar em crescimento, mas ainda sem efeito material reconhecido na receita do período.	Conectar estratégia, metas, volume contratado, receitas esperadas e métricas de acompanhamento, evitando apresentar previsão como obrigação normativa.

No IFRS S1, a entidade deve divulgar informações materiais sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam razoavelmente afetar suas perspectivas. A informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento puder razoavelmente influenciar decisões dos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais, incluindo investidores, credores por empréstimos e outros credores.

Essa definição direciona o julgamento para a utilidade da informação na tomada de decisão de alocação de recursos. Em uma instituição financeira, a avaliação de materialidade deve considerar se determinado risco ou oportunidade pode alterar expectativas sobre geração de caixa, qualidade da carteira, perfil de risco, custo de captação, acesso a *funding*, margem financeira, perdas esperadas, valor de ativos financeiros, garantias, capital, liquidez ou resiliência do modelo de negócios.

A materialidade no IFRS S1 é específica da entidade. Não há um limite quantitativo único ou uma lista universal de informações materiais sobre riscos e oportunidades. A instituição deve considerar suas circunstâncias, seu modelo de negócios, sua exposição setorial e geográfica, suas carteiras, seus produtos, sua base de clientes, sua estrutura de *funding* e seus horizontes de planejamento. Deve, também, considerar fatores qualitativos, como natureza do risco, incerteza, sensibilidade do tema para usuários e possibilidade de efeitos relevantes no médio ou longo prazo.

Ponto de atenção

A materialidade para fins de IFRS S1 recai sobre a informação a ser divulgada, e não sobre o tema em abstrato. Assim, a pergunta central não é apenas se "clima", "natureza" ou "capital humano" são temas relevantes, mas quais informações sobre riscos e oportunidades relacionados a esses temas podem influenciar as decisões dos usuários.

Nas demonstrações financeiras, a materialidade também é avaliada considerando a capacidade da informação de influenciar decisões dos usuários. Contudo, o julgamento ocorre no contexto dos objetivos das demonstrações financeiras e dos requisitos das normas contábeis aplicáveis. Essas normas determinam quando um ativo, passivo, receita, despesa ou fluxo de caixa deve ser reconhecido, mensurado, apresentado ou divulgado.

Na prática, isso significa que um risco de sustentabilidade pode ser relevante para os usuários e ainda assim não resultar, no período de reporte, em reconhecimento contábil. Isso pode acontecer porque:

- o efeito pode depender de evento futuro incerto;
- pode não atender aos critérios de reconhecimento de uma obrigação presente;
- pode não ter afetado fluxos de caixa utilizados em mensurações contábeis ainda;
- pode estar sujeito a incerteza de mensuração tão elevada que a informação quantitativa isolada não seria útil.

Um risco de transição em determinada carteira de crédito pode ser relevante para a estratégia de longo prazo e para o custo de capital da instituição, por exemplo, mas não pode produzir, naquele momento, alteração mensurável nos modelos de perda esperada. De forma semelhante, uma oportunidade de financiamento sustentável pode ser relevante para a estratégia comercial e para receitas futuras, mas ainda não ter efeito material reconhecido na demonstração do resultado.

Quadro 3.2 — Relação entre divulgação IFRS e reconhecimento/mensuração contábil

Situação	Divulgação IFRS pode ser necessária?	Reconhecimento/mensuração contábil pode ocorrer?	Observação
Risco relevante para fluxos de caixa futuros, ainda sem efeito nas demonstrações financeiras	Sim.	Não necessariamente.	Pode exigir divulgação de efeitos previstos, horizontes temporais, premissas e rubricas potencialmente afetadas.
Evento ocorrido no período afetou ativos, passivos, receitas, despesas ou fluxos de caixa	Sim, se material para o reporte de sustentabilidade.	Sim, se critérios contábeis forem atendidos.	Pode exigir conexão entre notas explicativas, efeitos financeiros atuais e narrativa de sustentabilidade.
Compromisso climático anunciado, mas sem obrigação presente reconhecida	Sim, se material.	Não necessariamente.	Pode exigir explicação sobre efeitos previstos, fontes de financiamento, premissas e por qual razão ainda não há efeito contábil.
Risco afetou premissas contábeis relevantes	Sim, se material.	Sim, se afetar estimativas ou mensurações.	Deve haver consistência entre premissas ou explicação das diferenças relevantes.
Oportunidade estratégica com impacto esperado em receitas futuras	Sim, se material.	Não necessariamente.	Pode exigir informação qualitativa ou quantitativa sobre efeitos previstos, sem caracterizar projeção financeira.

3.2. COMO EXPLICAR A AUSÊNCIA DO EFEITO CONTÁBIL

Quando a instituição identifica um risco ou oportunidade material para fins de IFRS S1, mas conclui que não há efeito reconhecido ou mensurado nas demonstrações financeiras do período, a divulgação deve explicar essa situação com clareza. A explicação deve ser proporcional à relevância do risco ou oportunidade, ao nível de exposição da instituição e ao grau de incerteza envolvido.

Uma redação adequada deve deixar claro se a ausência de efeito contábil decorre de critérios de reconhecimento, de ausência de evidência observável, de limitação de dados, de incerteza de mensuração, de horizonte temporal mais longo ou de outro julgamento técnico. Quando aplicável, a instituição deve indicar quais rubricas, totais ou subtotais das demonstrações financeiras poderiam ser afetadas no futuro.

É importante também explicar as diferenças relevantes entre premissas usadas nas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e premissas usadas nas demonstrações financeiras. Essas diferenças podem ser justificáveis, por exemplo, porque os objetivos dos relatórios são distintos, os horizontes temporais não são iguais ou determinadas normas contábeis impõem limites específicos ao reconhecimento ou à mensuração. O ponto essencial é que diferenças significativas não fiquem implícitas ou sem explicação.

Exemplo de redação conservadora

“A instituição identificou exposição à riscos relacionados à segurança da informação e à proteção de dados pessoais, considerando a crescente dependência de sistemas digitais e a evolução do cenário de ameaças cibernéticas. Na data de reporte, com base nas informações razoáveis e verificáveis disponíveis, a administração não identificou efeito separadamente mensurável nas demonstrações financeiras do período decorrente desses riscos. Ainda assim, considera que a sua materialização poderá, no médio e longo prazo, resultar em aumento de despesas operacionais, investimentos adicionais em tecnologia e segurança da informação, contingências regulatórias ou impactos reputacionais capazes de influenciar o desempenho financeiro da instituição. Por isso, continuará aprimorando seus processos de monitoramento, prevenção e resposta a incidentes, bem como os indicadores utilizados para avaliar essa exposição”.

3.3. INFORMAÇÕES QUALITATIVAS CASO A QUANTIFICAÇÃO NÃO SEJA POSSÍVEL

O IFRS S1 e o IFRS S2 preveem situações em que a entidade não precisa fornecer informações quantitativas sobre efeitos financeiros atuais ou previstos. Isso pode ocorrer caso os efeitos não sejam separadamente identificáveis ou o nível de incer-

teza de mensuração seja tão alto que a informação quantitativa resultante não seria útil. No caso dos efeitos financeiros previstos, também pode haver situações em que a entidade ainda não tenha habilidades, capacidades ou recursos para fornecer a quantificação.

Essas situações requerem divulgação. Se a instituição não fornecer informação quantitativa, deve explicar a razão da não quantificação e fornecer informação qualitativa sobre os efeitos financeiros, incluindo, quando aplicável, a identificação de rubricas, totais ou subtotais das demonstrações financeiras que provavelmente serão afetados ou já foram afetados. Caso os efeitos não puderem ser isolados, a instituição deve avaliar se é possível fornecer informação quantitativa combinada com outros riscos, oportunidades ou fatores.

Para instituições financeiras, a divulgação qualitativa pode ser útil em fases iniciais de implementação ou em temas de alta incerteza. Por exemplo, riscos climáticos podem afetar, simultaneamente, inadimplência, valor de garantias, preço de seguros, comportamento de clientes, captação de *funding* e valor justo de ativos financeiros. Se a instituição ainda não conseguir separar cada efeito, pode explicar os canais de transmissão e as rubricas potencialmente afetadas, preservando a utilidade da informação sem atribuir precisão indevida a estimativas frágeis.



Apêndice Técnico

Capítulo 4

Efeitos financeiros atuais e previstos

4.1. EFEITOS FINANCEIROS ATUAIS

Efeitos financeiros atuais são os impactos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade sobre o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e os fluxos de caixa da entidade no período de reporte. Em outras palavras, tratam daquilo que já afetou a posição financeira, o desempenho financeiro ou os fluxos de caixa da instituição no período coberto pelas demonstrações financeiras relacionadas.

A divulgação dos efeitos financeiros atuais deve permitir que o usuário compreenda se determinado risco ou oportunidade já produziu impactos econômicos observáveis. Essa informação não se limita a afirmar que houve impacto. A instituição deve explicar, quando material, a natureza do efeito, o canal de transmissão, a rubrica ou informação financeira afetada e a relação com a estratégia, a gestão de riscos, as métricas e as metas divulgadas.

Em instituições financeiras, exemplos desses efeitos podem incluir: aumento de perdas esperadas em carteiras expostas ao risco; aumento de despesas com seguros ou adaptação de instalações próprias; reconhecimento de provisão relacionada a obrigação legal ou regulatória; redução de receitas em determinado segmento afetado; ou crescimento de receitas associado a oportunidade.

A identificação de efeitos atuais não altera os critérios de reconhecimento e mensuração das demonstrações financeiras. A instituição deve aplicar as normas contábeis correspondentes para definir se há reconhecimento, mensuração, apresentação ou divulgação contábil. **O papel do relatório financeiro relacionado à sustentabilidade é explicar a conexão entre esses efeitos e os riscos e oportunidades que os originaram, quando essa informação for material para os usuários.**

Exemplo ilustrativo — efeito atual relacionado à atração e retenção de talentos
Uma instituição financeira identifica aumento da rotatividade em áreas críticas, como tecnologia e cibersegurança, durante o período de reporte. Se a informação for material, a divulgação conectada poderia explicar como a dificuldade de retenção de profissionais elevou as despesas com recrutamento, retenção e capacitação, aumentou a dependência de consultorias especializadas e afetou a execução de projetos estratégicos. Poderia também apresentar as métricas utilizadas para monitorar esse risco, as ações de gestão adotadas e a forma como esses efeitos se relacionam com o desempenho financeiro e as perspectivas futuras da instituição.

4.2. EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS

Efeitos financeiros previstos são as consequências esperadas dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade no balanço patrimonial, na demonstração do

resultado e nos fluxos de caixa da entidade no curto, médio e longo prazo. Esses referem-se à forma como a instituição espera que suas demonstrações financeiras e seus fluxos econômicos possam mudar ao longo do tempo, considerando como os riscos e oportunidades são incorporados ao planejamento financeiro.

A divulgação de efeitos financeiros previstos não deve ser confundida com a divulgação de previsão de resultado, *guidance* ou projeção financeira pública. O objetivo é permitir que os usuários compreendam a direção, a natureza e, quando possível, a magnitude dos efeitos potenciais. A instituição pode utilizar valores únicos, faixas de valores, informação qualitativa ou informação quantitativa combinada, conforme a natureza do efeito, o grau de incerteza, a disponibilidade de dados e suas habilidades, capacidades e recursos.

Para instituições financeiras, os efeitos previstos podem incluir mudanças esperadas na composição de carteiras, crescimento de produtos sustentáveis, alteração de *spreads* em setores mais expostos a certos riscos, elevação de perdas esperadas, necessidade de adaptação de garantias e colaterais, mudanças no custo de captação de recursos ou investimentos em sistemas, dados e capacidades para gestão de riscos climáticos e socioambientais.

A qualidade da divulgação depende da clareza sobre o horizonte temporal, as premissas utilizadas e o vínculo com o planejamento financeiro. Quando a instituição divulgar que determinado risco pode afetar sua carteira de crédito no médio prazo, por exemplo, deve indicar como essa conclusão se relaciona com informações utilizadas em gestão de riscos, planejamento de carteira, apetite a risco, análises setoriais ou cenários climáticos, na extensão em que essas informações sejam materiais e estejam disponíveis sem custo ou esforço indevido.

Ponto de atenção

A divulgação de efeitos financeiros previstos deve informar aos usuários sobre como riscos e oportunidades podem afetar as perspectivas da instituição. Embora não exija uma previsão completa de resultado futuro, ela não substitui os critérios de reconhecimento e mensuração aplicáveis às demonstrações financeiras.

4.3. HORIZONTES TEMPORAIS

As Normas IFRS/ISSB impõem que a entidade especifique os horizontes de curto, médio e longo prazo nos quais os efeitos dos riscos e oportunidades poderiam razoavelmente ocorrer, bem como que explique como esses horizontes foram definidos. Essa definição deve estar conectada aos horizontes utilizados pela entidade em sua tomada de decisões estratégicas e, no contexto deste Apêndice, também deve dialogar com planejamento financeiro, gestão de riscos, orçamento, gestão de capital, liquidez e avaliação de carteiras.

A definição de curto, médio e longo prazo varia conforme o que é aplicável a cada instituição. Uma carteira de crédito de curto prazo, uma operação de financiamento de infraestrutura, uma exposição imobiliária com garantias de longo prazo e uma estratégia de transição de carteira podem exigir horizontes analíticos diferentes. O ponto central é que a instituição explique sua lógica e mantenha coerência entre os horizontes utilizados nas divulgações de sustentabilidade e aqueles utilizados em seus processos internos relevantes e na sua estratégia.

Em instituições financeiras, a definição dos horizontes temporais pode considerar, entre outros fatores, o prazo médio das carteiras, duração dos instrumentos financeiros, vencimento de operações de crédito, horizonte de orçamento, ciclo de planejamento estratégico, ciclo de gestão de capital, periodicidade de testes de estresse, prazo das metas e horizonte de materialização de riscos.

4.4. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA

Quando fornecer informações quantitativas sobre efeitos financeiros atuais ou previstos, a instituição pode apresentar um valor único ou uma faixa de valores. A escolha dependerá da natureza do risco ou oportunidade, da disponibilidade de dados, do nível de incerteza e do grau de precisão que seria útil e representativo para os usuários.

A informação quantitativa é particularmente útil quando permite ao usuário compreender a magnitude dos efeitos atuais ou potenciais. Em instituições financeiras, isso pode envolver o valor de uma carteira exposta a determinados riscos, o percentual de garantias localizadas em áreas vulneráveis, a variação esperada de custos de captação de recursos, o volume de financiamento sustentável, a parcela de ativos ou atividades vulneráveis, ou o efeito estimado em despesas, receitas, provisões ou fluxos de caixa.

A divulgação quantitativa deve estar acompanhada de informações suficientes sobre premissas, base de cálculo, horizonte temporal e incertezas relevantes. Números isolados, sem contexto, podem ser pouco úteis ou até obscurecer a compreensão do usuário. Portanto, quando a instituição utilizar faixas de valores, é preciso explicar a razão de sua utilização, especialmente quando houver incerteza relevante ou cenários alternativos plausíveis.

Na data de reporte, a instituição deve utilizar informações razoáveis e verificáveis disponíveis sem custo ou esforço indevido, bem como uma abordagem compatível com suas habilidades, capacidades e recursos. Esse mecanismo de proporcionalidade não dispensa a divulgação, mas orienta a extensão e sofisticação da informação a ser produzida.

Quadro 4.1 — Exemplos de informação quantitativa em instituições financeiras

Risco ou oportunidade	Exemplo de informação quantitativa	Observação de conectividade no próprio relatório e nas DFs
Risco climático físico em garantias imobiliárias	Valor e percentual de garantias localizadas em áreas de maior exposição a enchentes.	Conectar com política de colaterais, LGD, seguros e concentração geográfica.
Risco de violações de direitos humanos em clientes do agronegócio	Valor e percentual da carteira exposta a clientes ou cadeias produtivas submetidas a diligência reforçada por risco de trabalho infantil ou trabalho análogo à escravidão.	Conectar com políticas de crédito, classificação de risco, ECL, concentração setorial, renegociações e procedimentos de monitoramento.
Elevada rotatividade em funções críticas	Taxa de rotatividade em áreas estratégicas, custo anual de reposição; despesas com recrutamento, retenção, capacitação e consultorias.	Conectar com despesas de pessoal, produtividade, cronograma de projetos, planejamento financeiro e risco operacional.
Oportunidade em financiamento sustentável	Volume de carteira, receitas associadas ou *pipeline* de operações elegíveis.	Conectar com estratégia comercial, metas e planejamento financeiro.
Oportunidade em inclusão financeira	Volume da carteira, receitas associadas e taxa de inadimplência de produtos voltados a públicos subatendidos.	Conectar com estratégia comercial, crescimento de carteira, receitas, risco de crédito e planejamento financeiro.

4.5. INFORMAÇÃO QUALITATIVA

A informação qualitativa é essencial para explicar a natureza dos efeitos financeiros, os canais de transmissão, as incertezas e os julgamentos utilizados. Em muitos casos, ela será necessária mesmo quando houver informação quantitativa, porque o valor divulgado só será útil se o usuário entender a lógica econômica subjacente.

A instituição pode precisar fornecer informação qualitativa quando:

- os efeitos não forem identificáveis separadamente;
- a incerteza de mensuração for tão alta que a informação quantitativa não seria útil; ou
- no caso de efeitos previstos, a instituição ainda não possuir habilidades, capacidades ou recursos para quantificar determinado efeito.

Nesses casos, a divulgação deve explicar por que a informação quantitativa não foi fornecida e identificar as rubricas, totais ou subtotais das demonstrações financeiras que provavelmente serão afetados, ou que já foram afetados, pelo risco ou oportunidade.

Informação qualitativa não deve ser tratada como alternativa genérica ou menos rigorosa. Ela precisa ser específica, conectada e verificável. Por exemplo, afirmar que "riscos climáticos podem afetar a carteira de crédito" é insuficiente. Uma divulgação mais útil explicaria quais carteiras estão mais expostas, qual o tipo de risco, quais horizontes são relevantes, quais fatores podem afetar capacidade de pagamento ou valor de garantias, e como a instituição está incorporando essas informações à gestão de riscos e ao planejamento financeiro.

Exemplo ilustrativo — informação qualitativa útil

Se uma instituição ainda não consegue quantificar separadamente o efeito de risco hídrico sobre a inadimplência de clientes agropecuários, pode explicar que a exposição está concentrada em determinadas regiões e culturas, que o risco pode afetar produtividade e capacidade de pagamento, que as rubricas potencialmente afetadas incluem perdas esperadas e receitas financeiras, e que a instituição está aprimorando dados climáticos e setoriais para evolução da quantificação em ciclos futuros.

4.6. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA COMBINADA

Em determinados casos, o efeito financeiro de um risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade não é separadamente identificável. Isso pode ocorrer porque o efeito se combina com fatores macroeconômicos, setoriais, operacionais ou finan-

ceiros que afetam a mesma rubrica. Nesses casos, as Normas IFRS/ISSB admitem que a entidade forneça informações quantitativas sobre os efeitos combinados, a menos que conclua que essas informações não seriam úteis.

Nas instituições financeiras, essa situação é recorrente. A inadimplência de uma carteira pode aumentar em razão de seca, juros elevados, queda de preços de *commodities*, redução de renda e condições macroeconômicas adversas. Isolar a parcela atribuível exclusivamente ao risco físico climático pode não ser possível ou pode exigir premissas tão incertas que o número resultante não seria útil. Ainda assim, a instituição pode explicar o efeito combinado, indicar a relevância do risco de sustentabilidade dentro do conjunto de fatores e descrever como ele é considerado nos processos de gestão de risco.

A divulgação de efeitos combinados deve ser transparente quanto às limitações. A instituição precisa evitar dar aparência de precisão a uma estimativa que não possui base suficiente. Também deve deixar claro quando a informação representa um efeito agregado e não uma mensuração isolada do risco ou oportunidade.

4.7. EFEITOS FINANCEIROS ATUAIS E PREVISTOS: RELAÇÃO COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A conectividade exige que a instituição identifique as demonstrações financeiras às quais suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade se referem e utilize, na medida do possível, dados e premissas consistentes com aqueles utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras. Quando houver diferenças significativas entre dados ou premissas, essas diferenças devem ser explicadas nas divulgações de sustentabilidade.

A diferença pode ser justificável, mas precisa ser compreendida e documentada. O usuário não deve encontrar uma narrativa de alto risco no relatório financeiro de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, premissas financeiras aparentemente incompatíveis nas demonstrações financeiras, sem qualquer explicação.

Quadro 4.2 — Perguntas para conectar efeitos financeiros e demonstrações financeiras

Pergunta	Finalidade
O risco ou oportunidade já afetou alguma rubrica das demonstrações financeiras no período?	Identificar efeitos financeiros atuais e possíveis referências às notas explicativas.
Há risco significativo de ajuste material em ativos ou passivos no próximo período anual?	Avaliar necessidade de divulgação específica sobre risco de ajuste e incertezas.
O efeito previsto está incorporado ao planejamento financeiro?	Conectar divulgação de sustentabilidade a orçamento, estratégia, captação de recursos e alocação de capital.
As premissas utilizadas são consistentes com as demonstrações financeiras?	Evitar contradições ou explicar diferenças relevantes.
A divulgação identifica rubricas, totais ou subtotais que podem ser afetados?	Tornar a informação qualitativa mais específica e útil.

4.8. O QUE EVITAR NA DIVULGAÇÃO DE EFEITOS FINANCEIROS

A divulgação de efeitos financeiros precisa evitar tanto o excesso de generalidade quanto uma precisão artificial. Relatórios que apenas afirmam que riscos de sustentabilidade "podem afetar resultados futuros" não atendem ao objetivo de conectividade se não explicarem o canal de transmissão, os horizontes relevantes e as informações financeiras potencialmente afetadas. Por outro lado, estimativas numéricas sem base razoável, premissas ou indicação de incerteza podem comprometer a representação fidedigna da informação.

Ainda, é importante evitar a duplicidade entre demonstrações financeiras e divulgações de sustentabilidade. Quando a informação já estiver adequadamente apresentada nas notas explicativas, a instituição pode considerar **referência cruzada**, desde que esta seja clara, específica e não torne o conjunto das divulgações menos compreensível. O objetivo é contar uma história conectada, não repetir integralmente informações contábeis em outro documento. Maiores esclarecimentos sobre o assunto podem ser lidos no Guia principal.

Outro ponto de atenção é a linguagem. Expressões como “impacto significativo”, “alta exposição” ou “oportunidade relevante” devem ser acompanhadas, quando material e possível, de contexto, base de avaliação, métrica, evidência ou explicação do julgamento. A ausência desses elementos pode reduzir a utilidade da divulgação para usuários primários.

Quadro 4.3 — Práticas a evitar e abordagem recomendada

Evitar	Abordagem recomendada
Narrativas genéricas sobre possíveis impactos futuros	Explicar canal de transmissão, horizonte temporal e rubricas potencialmente afetadas.
Números sem premissas, fonte ou base de cálculo	Apresentar premissas relevantes, limitações e incertezas.
Tratar efeitos previstos como *forecast* de resultado	Explicar que se trata de efeito potencial ou esperado sobre posição financeira, desempenho ou fluxos de caixa.
Omitir explicação quando não houver informação quantitativa	Explicar a razão da não quantificação e fornecer informação qualitativa útil.
Usar premissas conflitantes sem explicação	Manter consistência ou explicar diferenças significativas entre sustentabilidade e demonstrações financeiras.



Apêndice Técnico

Capítulo 5

Efeitos financeiros resultantes dos canais de transmissão

5.1. VISÃO GERAL DOS CANAIS DE TRANSMISSÃO

Depois de identificado o risco ou oportunidade, a instituição deve explicitar o canal de transmissão. Esse é o ponto que transforma uma descrição genérica de sustentabilidade em uma informação financeira útil. Por exemplo, afirmar que enchentes são relevantes para a instituição pode ser insuficiente. A divulgação se torna mais conectada quando explica se a exposição decorre de garantias imobiliárias em áreas vulneráveis, de clientes com operações em regiões afetadas, de interrupções operacionais próprias, de aumento de sinistralidade em seguros ou de efeitos sobre inadimplência e renegociação de crédito.

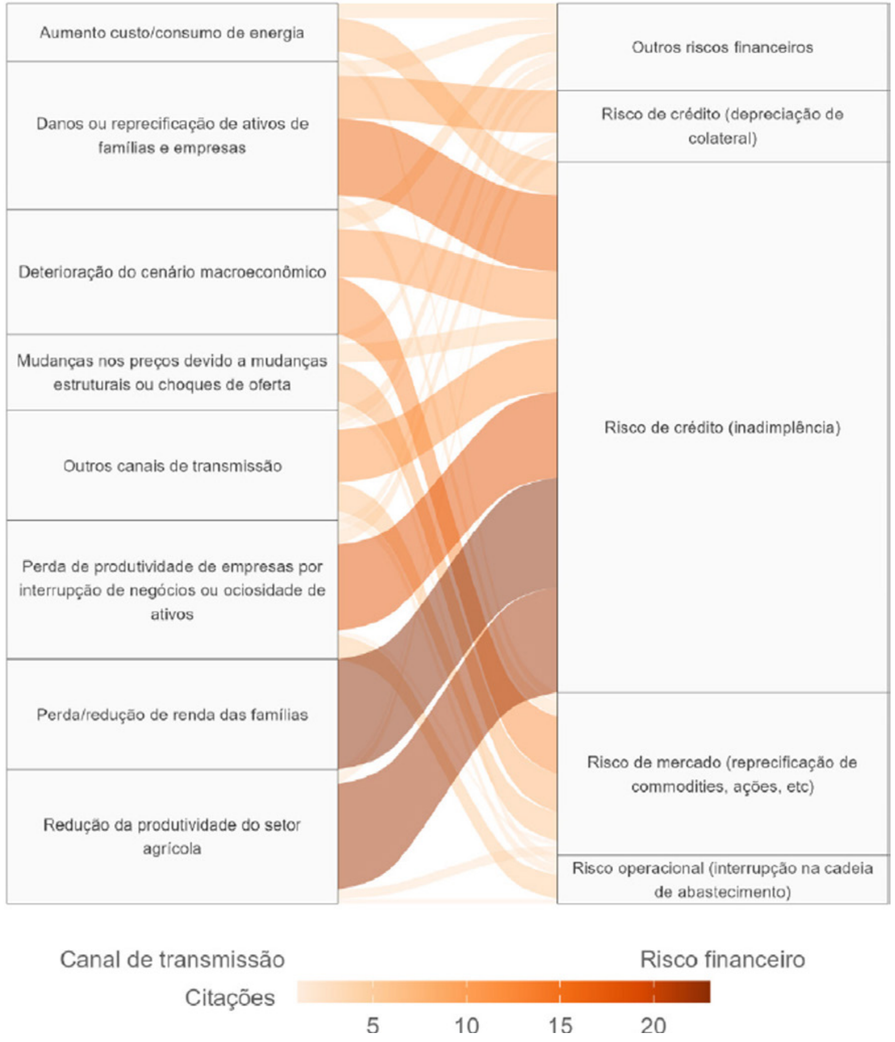
Canais de transmissão são os mecanismos pelos quais um risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade se converte em efeito financeiro para a entidade. Eles ajudam a evitar que a divulgação permaneça em uma lista genérica de temas, aproximando a análise da lógica utilizada pelos principais usuários para avaliar fluxos de caixa futuros, acesso a financiamento, custo de capital, risco e retorno.

No setor financeiro, os canais de transmissão costumam ser indiretos e distribuídos. Um risco físico relacionado ao clima pode não afetar apenas um imóvel próprio da instituição; pode afetar a capacidade de pagamento de clientes, a qualidade de garantias, a frequência de renegociações, o valor de colaterais, a concentração geográfica de risco e, em última instância, a mensuração de perdas esperadas. Da mesma forma, um risco de transição pode afetar clientes de setores intensivos em carbono, alterar *spreads* de crédito, afetar *ratings* internos, gerar necessidade de reprecificação e influenciar decisões de alocação de capital.

A análise dos canais de transmissão deve partir dos riscos e oportunidades cujas informações são materiais, identificados pela instituição, e avançar para os possíveis reflexos financeiros. O produto esperado não é uma conclusão automática de reconhecimento contábil, mas uma compreensão estruturada de onde os efeitos podem surgir, quais informações devem ser monitoradas e como a divulgação pode ser conectada às demonstrações financeiras e ao planejamento financeiro.

O gráfico abaixo, retirado do Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil (2026[1]), ilustra os canais de transmissão de riscos climáticos físicos para efeitos financeiros:

[1] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Estabilidade Financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, v. 25, n. 1, maio 2026.



Este capítulo desenvolve a conexão entre canais de transmissão e efeitos financeiros mais relevantes para instituições financeiras: risco de crédito (5.2), garantias e colaterais (5.3), instrumentos financeiros e valor justo (5.4), provisões, contingências e obrigações regulatórias (5.5), ativos próprios, *impairment* e vida útil (5.6), captação de *funding*, custo de capital e liquidez (5.7) e receitas e oportunidades (5.8). A matriz de conectividade do Capítulo 6 (Quadro 6.1) fornece o instrumento de trabalho para aplicar esses canais a riscos e oportunidades específicos identificados pela instituição.

5.2. CARTEIRA DE CRÉDITO E PERDAS ESPERADAS

Para instituições financeiras, a carteira de crédito tende a ser um dos principais pontos de conexão entre riscos relacionados à sustentabilidade e às demonstrações financeiras. Riscos climáticos físicos ou de transição, sociais ou ambientais podem afetar, por exemplo, a produtividade de clientes por interrupção do negócio ou o valor dos ativos, gerando impactos em sua capacidade de pagamento e necessidade de renegociação de dívidas.

A análise deve considerar se o risco ou oportunidade identificado pode afetar variáveis utilizadas na gestão e mensuração do risco de crédito, tais como probabilidade de *default*, perda dado o *default*, exposição no *default*, *rating* interno, estágio de risco, concentração setorial, concentração geográfica e qualidade de garantias. Essa ava-

liação não significa que todo risco de sustentabilidade resulte, automaticamente, em aumento de perda esperada. O ponto central é verificar se há informação material sobre efeitos atuais ou *default* previstos que deva ser divulgada de forma conectada.

Quando a instituição divulgar exposição relevante a determinado setor, geografia ou carteira, a conectividade será fortalecida se a divulgação explicar como essa exposição dialoga com políticas de crédito, apetite a risco, métricas internas, análise de cenários, limites de concentração, provisões e notas explicativas de risco de crédito, quando aplicável.

Exemplo ilustrativo 1 — direitos humanos na cadeia produtiva do agronegócio

Uma instituição financeira possui exposição relevante a produtores rurais e empresas do agronegócio que passam a ser investigados por denúncias de trabalho infantil ou de trabalho análogo à escravidão em suas operações ou em sua cadeia de fornecimento. Caso esses eventos resultem em sanções administrativas, restrições comerciais, perda de contratos com compradores, dificuldades de acesso a mercados ou redução da capacidade financeira dos clientes, a instituição pode precisar reavaliar a classificação de risco dessas operações e as perdas de crédito esperadas. A divulgação conectada não deve apenas informar a existência do risco relacionado aos direitos humanos, mas também explicar o canal de transmissão até o risco de crédito, os potenciais efeitos sobre inadimplência, provisões, garantias e concentração da carteira, bem como as premissas utilizadas para avaliar a materialidade desses efeitos.

Exemplo ilustrativo 2 — risco reputacional decorrente de conflitos com povos indígenas

Uma instituição financeira mantém relacionamento comercial relevante com uma empresa de mineração cujas operações passam a ser associadas a conflitos envolvendo terras indígenas. A ampla repercussão do caso leva investidores, clientes e demais partes interessadas a questionarem a gestão dos riscos socioambientais da instituição. Se esse risco reputacional for considerado material, a divulgação conectada pode explicar como ele pode influenciar a estratégia da instituição, gerar custos adicionais de gestão e comunicação, afetar o acesso a determinadas fontes de financiamento ou aumentar o custo de captação. A divulgação deve esclarecer o canal de transmissão entre o tema de sustentabilidade e os potenciais efeitos financeiros, bem como as ações de gestão, os indicadores de monitoramento e as informações financeiras potencialmente afetadas.

5.3. GARANTIAS E COLATERAIS

Garantias e colaterais funcionam como ponto de conexão relevante entre riscos de sustentabilidade e perdas financeiras potenciais. Ainda que o risco se origine em um cliente ou ativo financiado, seu efeito financeiro para a instituição pode se manifestar pela redução do valor recuperável da exposição, pela perda de liquidez da garantia ou pelo aumento da perda dado o *default*.

Riscos físicos relacionados ao clima podem afetar imóveis, propriedades rurais, instalações industriais, equipamentos ou outros ativos dados em garantia por clientes. Enchentes, deslizamentos, seca, aumento do nível do mar ou eventos extremos podem afetar valor, liquidez, segurabilidade e custo de manutenção desses ativos. Riscos de transição também podem afetar colaterais, especialmente quando os ativos de clientes se tornam menos úteis, menos demandados ou sujeitos a restrições regulatórias.

A instituição deve avaliar, conforme suas circunstâncias, se possui informações razoáveis e verificáveis para identificar concentrações relevantes de garantias por geografia, tipo de ativo, setor econômico ou exposição a riscos físicos e de transição. Quando material, essa informação pode apoiar tanto a divulgação qualitativa quanto a análise quantitativa de efeitos financeiros atuais ou previstos.

A conectividade com as demonstrações financeiras pode envolver perdas esperadas, notas de risco de crédito, divulgação de garantias, avaliação de colaterais, políticas de elegibilidade, *haircuts* e julgamentos relevantes. O nível de detalhe dependerá da materialidade da informação, da disponibilidade de dados e da forma como a instituição utiliza essas informações em seus processos de gestão de risco e planejamento financeiro.

Quadro 5.1 — Exemplos de conexão entre garantias, riscos e informações financeiras

Tipo de garantia	Risco associado	Canal de transmissão	Informação potencialmente afetada
Imóveis urbanos	Enchentes e eventos extremos.	Redução de valor, aumento de custos, de seguro e menor liquidez.	LGD, perdas esperadas, concentração geográfica.
Propriedades rurais	Seca e estresse hídrico.	Queda de produtividade e menor valor de mercado.	Garantias, provisões, renegociação de crédito.

Tipo de garantia	Risco associado	Canal de transmissão	Informação potencialmente afetada
Ativos industriais	Regulação de carbono ou obsolescência tecnológica.	Redução de demanda e valor econômico do ativo.	Colateral, *rating* interno, risco de crédito.
Estoques ou *commodities*	Mudança de mercado ou restrição regulatória.	Volatilidade de preço e liquidez.	Garantias, risco de mercado, perdas esperadas.

5.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E VALOR JUSTO

Riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade também podem afetar instrumentos financeiros, tanto pela perspectiva de risco de crédito quanto pela perspectiva de valor justo, liquidez e risco de mercado. Em carteiras próprias, investimentos, títulos, derivativos ou outros instrumentos financeiros, mudanças regulatórias, tecnológicas, climáticas ou de mercado podem influenciar premissas de precificação, *spreads*, avaliação de emissores e sensibilidade de preços.

A conexão com as demonstrações financeiras dependerá da natureza do instrumento, da classificação contábil, da forma de mensuração e das divulgações requeridas pelas normas contábeis aplicáveis. O relatório financeiro relacionado à sustentabilidade não deve replicar o cálculo de valor justo, mas pode explicar, quando material, como determinado risco ou oportunidade influencia premissas, exposições, concentração setorial ou sensibilidade de instrumentos financeiros. Por exemplo, uma instituição com exposição relevante a títulos de emissores de setores intensivos em carbono pode avaliar se riscos de transição afetam *spreads*, liquidez, *rating* de crédito ou valor justo. Da mesma forma, oportunidades associadas a instrumentos verdes, sociais, sustentáveis ou vinculados a metas podem afetar estratégia de carteira, captação de recursos, receita de distribuição, comissões ou perfil de investidores.

O cuidado central é evitar afirmações genéricas. Se a instituição afirmar que riscos de transição podem afetar instrumentos financeiros, deve explicar, quando material e possível, se o efeito se relaciona a risco de crédito, risco de mercado, liquidez, valor justo, *spreads*, concentração setorial ou outro mecanismo econômico relevante.

5.5. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS

Temas de sustentabilidade podem gerar obrigações legais, regulatórias ou contratuais capazes de afetar provisões, contingências ou despesas. Em instituições financeiras, esses efeitos podem estar associados a litígios, descumprimento regulatório, obrigações de reparação, práticas de concessão de crédito, relacionamento com clientes, questões socioambientais em operações financiadas ou exigências relacionadas a produtos e divulgações.

A identificação de um risco legal ou regulatório no reporte de sustentabilidade não implica, por si só, reconhecimento de uma provisão nas demonstrações financeiras. O reconhecimento e a mensuração dependem dos critérios das normas contábeis aplicáveis. Ainda assim, a divulgação financeira relacionada à sustentabilidade pode ser necessária se a informação sobre o risco, sua natureza, magnitude potencial, horizonte de ocorrência ou conexão com estratégia e gestão de riscos for material para os principais usuários.

Podem existir, ainda, compromissos ou planos relevantes para compreender efeitos financeiros previstos (ver o box ‘Ponto de atenção’ a seguir). Nesses casos, a instituição deve explicar a natureza do compromisso, a relação com sua estratégia, os recursos planejados, as dependências, as incertezas e as rubricas financeiras que podem ser afetadas no futuro, sem sugerir reconhecimento contábil quando os critérios aplicáveis não forem atendidos.

Ponto de atenção — compromisso não é necessariamente obrigação presente
Um compromisso público, uma meta ou um plano de transição pode ser relevante para o reporte de sustentabilidade e para os efeitos financeiros previstos, mesmo que ainda não gere uma obrigação presente reconhecida nas demonstrações financeiras. A divulgação deve ser cuidadosa para diferenciar a relevância informacional do compromisso dos critérios contábeis de reconhecimento.

5.6. ATIVOS PRÓPRIOS, *IMPAIRMENT* E VIDA ÚTIL

Embora grande parte da exposição de uma instituição financeira esteja em suas carteiras e relações com clientes, seus ativos próprios também podem ser afetados por riscos de sustentabilidade. Instalações, agências, *data centers*, equipamentos, sistemas, ativos intangíveis e investimentos próprios podem sofrer efeitos decorrentes de eventos climáticos físicos, obsolescência tecnológica, mudanças regulatórias ou decisões estratégicas de adaptação e transição.

Riscos climáticos podem indicar necessidade de avaliar *impairment* de ativos não financeiros, revisar vida útil, alterar valor residual, reconhecer perdas, adaptar instalações ou realizar investimentos adicionais. Eventos extremos podem gerar dano físico direto a ativos, mudanças de tecnologia ou de demanda podem tornar determinados ativos menos úteis, obrigações regulatórias podem exigir adaptações relevantes. A análise contábil desses efeitos deve seguir as normas aplicáveis, enquanto a divulgação de sustentabilidade deve explicar a conexão entre o risco ou oportunidade e os efeitos atuais ou previstos, quando material.

Em uma instituição financeira, esse canal pode ser menos relevante do que a carteira de crédito em termos de magnitude, mas não deve ser descartado. Dependendo da estrutura operacional, da localização de ativos críticos e da dependência tecnológica, riscos físicos e operacionais podem afetar continuidade de negócios, despesas administrativas, investimentos em resiliência, seguros, redundância de sistemas e fluxos de caixa futuros.

Quando premissas relacionadas a riscos climáticos ou à sustentabilidade forem utilizadas em testes contábeis, planejamento financeiro ou análise de resiliência, a instituição deve buscar consistência entre as informações, na medida do possível. Diferenças significativas entre premissas usadas nas divulgações de sustentabilidade e nas demonstrações financeiras devem ser identificadas e explicadas quando relevantes.

5.7. CAPTAÇÃO DE RECURSOS (*FUNDING*), CUSTO DE CAPITAL E LIQUIDEZ

O IFRS S1 define o foco das divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade em riscos e oportunidades que poderiam afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital. Para instituições financeiras, esse ponto tem relevância particular, pois captação de *funding*, liquidez, *spreads* e percepção de risco são dimensões centrais do modelo de negócios.

Riscos de sustentabilidade podem afetar o custo de captação se investidores, credores ou agências de *rating* perceberem aumento de exposição a setores, geografias

ou práticas consideradas mais vulneráveis. Também podem afetar a elegibilidade da instituição a linhas de financiamento, instrumentos temáticos, mandatos de investidores ou programas públicos e multilaterais. Por outro lado, oportunidades relacionadas à transição podem ampliar acesso a captação de *funding* sustentável, diversificar a base de investidores ou melhorar a atratividade de determinados instrumentos financeiros.

Esses efeitos nem sempre aparecem imediatamente como rubricas específicas das demonstrações financeiras. Podem se manifestar como mudanças em *spreads*, prazos, liquidez, composição de captação de recursos, custo médio de captação, estratégia de emissão, demanda por títulos, *rating* ou capacidade de acessar determinados mercados. Ainda assim, podem ser materiais para os usuários por afetarem as perspectivas da instituição.

A conectividade exige que a instituição explique, quando material, como riscos e oportunidades de sustentabilidade se relacionam com sua estratégia de captação de recursos, gestão de liquidez, custo de capital e planejamento financeiro. A divulgação deve evitar alegações genéricas sobre acesso a capital e, sempre que possível, indicar os fatores, métricas ou evidências utilizadas pela administração para avaliar essa conexão.

5.8. RECEITAS E OPORTUNIDADES

A conectividade não se limita a riscos. O IFRS S1 e o IFRS S2 também tratam de oportunidades relacionadas à sustentabilidade e ao clima. Em instituições financeiras, oportunidades podem surgir de produtos, serviços, soluções de financiamento, gestão de ativos, seguros, assessoria, mercado de capitais, instrumentos sustentáveis ou transacionais ligados à transição para uma economia de baixo carbono e ao financiamento de adaptação.

Essas oportunidades podem afetar receitas, margem financeira, comissões, crescimento de carteira, ativos sob gestão, base de clientes, captação de recursos e posicionamento estratégico. Para que a divulgação seja útil, a instituição deve explicar a natureza da oportunidade, a estratégia para capturá-la, os recursos necessários, os horizontes esperados, as métricas utilizadas para monitoramento e, quando aplicável, os efeitos financeiros atuais e previstos.

A divulgação de oportunidades exige cuidado adicional quando envolver informações comercialmente sensíveis. O IFRS S1, em seu parágrafo B34, prevê isenção para determinadas informações sobre oportunidades relacionadas à sustentabilidade quan-

do estas forem comercialmente sensíveis. Para a aplicação da isenção, devem ser observadas as condições previstas na norma, que são cumulativas: a informação ainda não estar disponível publicamente; sua divulgação poder prejudicar seriamente os benefícios econômicos da oportunidade; e ser impossível divulgá-la de forma agregada sem comprometer o objetivo do requisito. Quando a instituição aplicar essa lógica, a redação deve ser conservadora e tecnicamente validada, evitando omissão injustificada de informações materiais.

Em termos práticos, uma instituição pode divulgar, por exemplo, crescimento de carteira de financiamento sustentável, receitas associadas à assessoria de transição climática, emissões temáticas coordenadas, produtos para pequeno empreendedorismo familiar, linhas voltadas à adaptação climática ou metas internas de alocação de capital. O ponto essencial é conectar a oportunidade à estratégia, às métricas e aos efeitos financeiros, e não apenas apresentar a oportunidade como iniciativa reputacional ou de comunicação.

5.9. RELAÇÃO ENTRE CANAIS DE TRANSMISSÃO E MATERIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A identificação de um canal de transmissão não significa que a informação será sempre material. A instituição deve exercer julgamento para avaliar se a omissão, distorção ou obscurecimento da informação poderia influenciar razoavelmente as decisões dos principais usuários. Esse julgamento deve considerar magnitude, natureza, horizonte temporal, probabilidade, incerteza e contexto das divulgações como um todo.

Em alguns casos, o canal de transmissão pode ser economicamente plausível, mas não material para a instituição em razão de baixa exposição, baixa concentração, curto prazo de vencimento, mitigantes robustos, cobertura por seguro, garantias suficientes ou baixa relevância para os usuários. Em outros casos, mesmo sem efeito atual reconhecido nas demonstrações financeiras, a informação pode ser material porque afeta a estratégia, o planejamento financeiro, a composição de carteira ou a avaliação de riscos futuros.



Apêndice Técnico

Capítulo 6

Matriz de conectividade

6.1. FINALIDADE DA MATRIZ

A matriz de conectividade é uma ferramenta de organização e documentação. Sua função é apoiar a instituição financeira a demonstrar, de forma estruturada, como um risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade pode afetar sua posição financeira, seu desempenho financeiro, seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou seu custo de capital.

No contexto do IFRS S1 e do IFRS S2, a conectividade não deve ser compreendida como mera referência genérica às demonstrações financeiras. A entidade deve permitir que os principais usuários entendam as relações entre riscos e oportunidades, governança, estratégia, gestão de riscos, métricas, metas, planejamento financeiro e demonstrações financeiras. A matriz ajuda a transformar essa exigência em uma trilha de análise verificável.

Mensagem prática
A matriz não é um requisito formal adicional, ela é uma ferramenta de implementação. Seu uso ajuda a instituição a documentar julgamentos, identificar lacunas de informação, alinhar áreas internas e construir uma narrativa conectada com as demonstrações financeiras e com o planejamento financeiro, o que também apoia o processo de asseguração.

6.2. COMO LER E PREENCHER A MATRIZ

A matriz deve ser preenchida a partir dos riscos e oportunidades identificados pela instituição cuja informação é material. O ponto de partida não deve ser uma rubrica contábil isolada, mas o risco ou oportunidade que tem uma expectativa razoável de afetar as perspectivas da entidade. A partir desse ponto, a instituição deve mapear os canais pelos quais o tema pode se traduzir em efeito econômico e, posteriormente, em informação financeira atual, prevista, qualitativa ou quantitativa.

A lógica recomendada é sequencial, mas iterativa:

a. identificar o risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade cuja informação é material;
b. avaliar se o este pode afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital;
c. definir os canais de transmissão financeira;
d. identificar efeitos econômicos atuais ou previstos;
e. mapear rubricas, totais, subtotais ou informações financeiras potencialmente afetadas;
f. avaliar o horizonte temporal relevante;
g. definir se a divulgação será quantitativa, qualitativa ou combinada;
h. documentar premissas, limitações, fontes de dados, julgamentos e aprovações;
i. revisar a consistência com demonstrações financeiras, notas explicativas, planejamento financeiro e demais divulgações.

A matriz deve ser atualizada quando houver mudanças relevantes em exposição, estratégia, carteira, regulação, cenários, métricas, metas, premissas financeiras ou condições externas. Em instituições financeiras, também é recomendável que a matriz seja revisitada em conexão com ciclos de planejamento financeiro, revisão de apetite por risco, revisão de políticas de crédito, testes de estresse, gestão de capital e preparação das demonstrações financeiras.

6.3. ESTRUTURA SUGERIDA DA MATRIZ

A estrutura abaixo propõe os principais campos da matriz. A instituição pode adaptar a granularidade conforme porte, complexidade, modelo de negócios, estágio de maturidade, disponibilidade de dados e materialidade dos riscos e oportunidades identificados.

Quadro 6.1 — Campos recomendados para a matriz de conectividade

Campo	Finalidade
Risco ou oportunidade	Identificar o risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade a ser reportado.
Canal de transmissão	Explicar o evento, o processo ou a condição econômica pela qual o risco ou oportunidade se manifesta (como dano físico a ativos ou garantias, redução de renda ou capacidade de pagamento de clientes, aumento de custo regulatório dentre outros).
Efeito financeiro esperado	Descrever o efeito esperado na entidade de reporte antes da tradução para a demonstração financeira: aumento de inadimplência, redução de valor de colateral, maior custo de captação, perda operacional, nova receita ou necessidade de investimento.
Rubrica ou informação financeira potencialmente afetada	Indicar contas, totais, subtotais, notas explicativas ou informações financeiras relacionadas, sem presumir automaticamente reconhecimento contábil.
Horizonte temporal	Indicar se efeito financeiro se manifesta no curto, médio e/ou longo prazo, conforme os horizontes definidos pela instituição e vinculados ao planejamento financeiro ou à gestão de riscos.

Campo	Finalidade
Tipo de informação	Classificar a divulgação esperada como quantitativa, qualitativa ou combinada, considerando limitações de mensuração, disponibilidade de dados e utilidade da informação.
Evidência disponível	Registrar fontes de dados, modelos, premissas, estudos, análises internas, atas, políticas, bases de carteira, cenários ou memórias de cálculo que sustentem a conexão das informações.

O Quadro A.6 da seção de anexos traz um modelo de matriz pronto para ser utilizado pela entidade.

A matriz-base abaixo aplica a estrutura sugerida acima de forma prática e com alguns exemplos hipotéticos, e pode ser utilizada como modelo de trabalho. Para fins de simplificação visual, o campo “evidência disponível” foi omitido desta versão ilustrativa, sugere-se que a matriz de trabalho da instituição contenha todos os campos do Quadro 6.1. Importante reforçar que se trata de uma **sugestão de boa prática, e não de um requisito normativo**. Em sua versão completa, a instituição pode incluir campos adicionais, como área responsável, status da análise, nível de confiança da evidência, vínculo com política interna, data da última revisão e decisão de divulgação.

Os exemplos abaixo são ilustrativos e não exaustivos. A existência de um risco ou oportunidade em uma linha da matriz não significa, por si só, que haverá reconhecimento contábil, ajuste de mensuração ou divulgação quantitativa. A decisão depende da materialidade, dos critérios das normas aplicáveis, da disponibilidade de informações razoáveis e verificáveis e do julgamento técnico documentado pela instituição.

Quadro 6.2 — Modelo simplificado de matriz de conectividade

Risco ou oportunidade	Canal de transmissão	Efeito financeiro esperado	Rubrica ou informação financeira potencialmente afetada	Horizonte temporal	Tipo de informação
Denúncias de trabalho infantil ou trabalho análogo à escravidão em clientes do agronegócio.	Perda de contratos comerciais e restrição de acesso a mercados pelos clientes investigados, com redução de sua capacidade de geração de caixa e de pagamento.	**Risco de crédito** — aumento da PD, renegociações ou perdas esperadas em operações expostas.	Carteira de crédito, ECL, concentração setorial, notas de risco de crédito.	Curto/médio	Quali e/ou quanti, com descrição e dados sobre a exposição, critérios de monitoramento e possíveis efeitos sobre a carteira.
Conflitos envolvendo terras indígenas em empresa de mineração financiada.	Repercussão pública do conflito socioambiental, gerando questionamento de investidores, clientes e demais partes interessadas quanto à gestão de riscos socioambientais da instituição.	**Risco reputacional** — maior custo de captação e necessidade de revisão do relacionamento comercial.	Despesas financeiras, fontes de captação, políticas de crédito e gestão de riscos.	Médio	Quali e/ou quanti, com explicação do canal de transmissão, medidas de gestão e informações financeiras potencialmente afetadas.
Rotatividade elevada em áreas críticas (tecnologia e cibersegurança).	Dificuldade de atrair e reter profissionais em funções críticas, com perda de conhecimento institucional e atraso na execução de projetos estratégicos.	**Risco operacional** — maiores despesas com recrutamento, retenção, treinamento e consultorias especializadas.	Despesas com pessoal, despesas administrativas e planejamento financeiro.	Curto/médio	Quali e/ou quanti, com conexão entre indicadores de pessoas, impactos financeiros e ações de mitigação.

Risco ou oportunidade	Canal de transmissão	Efeito financeiro esperado	Rubrica ou informação financeira potencialmente afetada	Horizonte temporal	Tipo de informação
Incidente relevante de segurança da informação e vazamento de dados.	Falha de controles de segurança da informação, resultando em indisponibilidade de sistemas e exposição de dados de clientes.	**Risco operacional** — aumento de despesas com remediação, investimentos em tecnologia, possíveis contingências e perda de receitas.	Despesas operacionais, provisões, investimentos em TI e fluxo de caixa.	Curto	Quali e/ou quanti, com descrição do evento, dos controles adotados e dos impactos financeiros atuais ou previstos.
Ampliação de produtos voltados à inclusão financeira.	Desenvolvimento de produtos e soluções voltados a públicos historicamente subatendidos, ampliando a base de clientes elegíveis e o acesso a novos segmentos de mercado.	**Receitas e oportunidades** — crescimento da carteira de crédito, receitas de serviços e diversificação das fontes de receita	Receitas financeiras, receitas de serviços, carteira de crédito e planejamento financeiro.	Curto/médio/ longo	Quali e/ou quanti, com conexão entre estratégia de negócios, métricas comerciais e desempenho financeiro.
Expansão de financiamentos vinculados a metas socioambientais.	Estruturação de produtos de crédito vinculados a metas ou critérios socioambientais, ampliando o acesso a investidores especializados em finanças sustentáveis.	**Receitas e oportunidades** — crescimento da carteira temática, aumento de receitas e ampliação do acesso a investidores especializados.	Carteira de crédito, receitas, captação e ativos sob gestão.	Médio/longo	Quali e/ou quanti, com descrição da estratégia, indicadores de desempenho e conexão com planejamento financeiro.

6.4. CLASSIFICAÇÃO DO TIPO DE DIVULGAÇÃO ESPERADA

A matriz também deve apoiar a decisão sobre a natureza da informação a ser divulgada. O IFRS S1 e o IFRS S2 exigem informações quantitativas e qualitativas sobre efeitos financeiros atuais e previstos, mas admitem situações em que a quantificação não é necessária ou não é útil porque ou o efeito não é separadamente identificável, ou o nível de incerteza de mensuração é muito alto, ou a instituição não possui habilidades, capacidades e recursos suficientes para fornecê-la. Nesses casos, a entidade deve explicar a razão da não quantificação e fornecer informação qualitativa que permita aos usuários entenderem os efeitos financeiros ou as rubricas provavelmente afetadas.

Quadro 6.3 — Classificação da informação a partir da matriz

Tipo de informação	Quando tende a ser apropriada	Cuidados de redação
Quantitativa	Quando o efeito é identificável, mensurável com base razoável e a informação resultante é útil para os principais usuários.	Indicar valor ou faixa, horizonte temporal, premissas, limitações e conexão com planejamento financeiro ou demonstrações financeiras.
Qualitativa	Quando os efeitos não são separadamente identificáveis, há alta incerteza de mensuração ou a instituição ainda não possui habilidades, capacidades ou recursos para quantificar efeitos previstos.	Explicar por que a quantificação não foi fornecida e identificar rubricas, totais ou subtotais afetados ou provavelmente afetados.

Ponto de atenção — informação combinada
Quando o efeito individual do risco ou da oportunidade não pode ser isolado de outros fatores, mas explicado em conjunto com outros riscos, oportunidades ou variáveis econômicas, a instituição pode fornecer informação quantitativa sobre esse efeito combinado com o de outros riscos, oportunidades ou fatores relacionados à sustentabilidade — exceto se a instituição determinar que essa informação quantitativa combinada não seria relevante. Então, ela deve explicar a natureza da combinação, evitar atribuição indevida e deixar claras as limitações da análise.

6.5. RELAÇÃO ENTRE MATRIZ, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

A matriz deve ajudar a instituição a identificar onde a conectividade precisa ser demonstrada. Essa conexão pode ocorrer com valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, com notas explicativas, com julgamentos e estimativas contábeis, com informações de risco financeiro ou com planejamento financeiro ainda não refletido contabilmente.

Em instituições financeiras, os vínculos mais recorrentes tendem a ocorrer com carteira de crédito, perdas esperadas, garantias, instrumentos financeiros, valor justo, provisões, contingências, receitas de produtos e serviços, *funding* e custo de captação. A instituição deve, contudo, evitar a conclusão automática de que toda exposição relacionada à sustentabilidade produz impacto contábil imediato. A matriz deve indicar tanto os efeitos já observados quanto os efeitos previstos que ainda dependem de eventos futuros, mudanças de premissas, evolução de cenários ou atendimento de critérios contábeis específicos. Outros exemplos de pontos de atenção:

- nem todo efeito sobre custo de capital gera rubrica contábil imediata, mas pode afetar perspectivas;
- avaliar se há dados suficientes para quantificar efeito ou se a divulgação deve ser qualitativa;
- evitar rotulagem sem critérios internos claros e consistentes.

6.6. EVIDÊNCIAS, JULGAMENTO E LIMITAÇÃO DA MATRIZ

A matriz deve explicitar as evidências que sustentam cada conexão. Essa evidência pode incluir bases de carteira, dados geográficos, classificação setorial, métricas de emissões financiadas, estudos de vulnerabilidade física, análises de cenário, modelos de risco, informações de garantias, políticas de crédito, memórias de cálculo, atas de comitês, planos estratégicos ou documentos de planejamento financeiro.

Nem toda conexão identificada pela matriz terá o mesmo nível de robustez ou maturidade. Em alguns casos, a instituição poderá dispor de dados quantitativos suficientes para estimar exposição, efeito ou faixa de valores. Em outros, poderá haver apenas uma conexão qualitativa suficientemente relevante para os usuários, mas ainda sem base adequada para quantificação. Essa diferença deve ser tratada de forma transparente.

A matriz também não deve ser usada para forçar artificialmente uma conexão com as demonstrações financeiras. **Quando não houver evidência suficiente para afirmar que uma rubrica foi afetada ou provavelmente será afetada, a redação deve ser conservadora.** Nesses casos, é mais adequado indicar que a instituição está avaliando o tema, explicar a natureza do risco ou oportunidade e informar quais dados, premissas ou processos estão sendo desenvolvidos para amadurecer a análise.

Cuidado de aplicação

A matriz deve apoiar o julgamento técnico, não o substituir. A identificação de uma conexão na matriz não dispensa a avaliação de materialidade e nem dos critérios de reconhecimento contábil já tratados em 6.3.



Apêndice Técnico

Capítulo 7

Premissas, dados e consistência entre sustentabilidade, finanças e contabilidade

7.1. POR QUE PREMISSAS SÃO CENTRAIS PARA A CONECTIVIDADE

A conectividade entre divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e demonstrações financeiras depende, em grande medida, da coerência entre as premissas utilizadas para explicar riscos, oportunidades, estratégia, métricas, metas e efeitos financeiros. Quando a instituição utiliza uma determinada premissa para avaliar um risco de sustentabilidade, estimar uma exposição de carteira ou descrever uma trajetória de transição, essa premissa pode também ser relevante para planejamento financeiro, avaliação de risco de crédito, mensuração de valor justo, estimativas de perdas esperadas, *impairment* de ativos próprios ou avaliação de provisões e contingências.

O IFRS S1 exige que os dados e premissas utilizados na preparação das divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade sejam consistentes, na medida do possível, com os dados e premissas correspondentes utilizados na preparação das demonstrações financeiras, considerando os requisitos das normas contábeis aplicáveis. Essa exigência não significa que todas as premissas devam ser idênticas em todos os relatórios e modelos. Significa que diferenças relevantes devem ser identificadas, compreendidas e, quando necessário, explicadas de forma clara aos principais usuários.

Em instituições financeiras, esse ponto é particularmente relevante porque muitos efeitos associados a sustentabilidade se manifestam por meio de modelos internos, bases de carteira, classificação de contrapartes, avaliação de garantias, cenários macroeconômicos e parâmetros de risco. A mesma variável pode aparecer em mais de um processo decisório. Por exemplo, uma premissa de aumento de frequência de eventos climáticos extremos pode influenciar a avaliação de garantias imobiliárias, a análise de risco de crédito de determinadas regiões e a descrição de riscos físicos no reporte de sustentabilidade.

Mensagem prática

Na prática, isso significa que a instituição não deve buscar uniformidade absoluta entre premissas de sustentabilidade e premissas contábeis, e sim mapear onde elas coexistem, decidir quando a diferença é relevante o suficiente para exigir explicação ao usuário e documentar essa decisão. A seção 7.2 detalha as categorias mais comuns dessas diferenças e o tratamento recomendado para cada uma.

7.2. DIFERENÇAS JUSTIFICÁVEIS ENTRE PREMISSAS

Nem toda diferença entre premissas representa inconsistência inadequada. As normas contábeis e as normas de divulgação financeira relacionada à sustentabilidade possuem objetivos complementares, mas distintos. As demonstrações financeiras seguem critérios específicos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. As divulgações IFRS/ISSB, por sua vez, buscam explicar riscos e oportunidades capazes de afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento e custo de capital no curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, uma premissa utilizada para avaliar a resiliência climática em um cenário de longo prazo pode não ser a mesma premissa utilizada em uma estimativa contábil de curto prazo. Da mesma forma, um plano estratégico, uma meta climática ou uma oportunidade comercial podem ser relevantes para os efeitos financeiros previstos, ainda que não atendam, naquele momento, aos critérios de reconhecimento ou mensuração das demonstrações financeiras.

As diferenças mais comuns decorrem de:

a. objetivos distintos entre demonstrações financeiras, planejamento financeiro, análise de cenários e divulgações de sustentabilidade;
b. horizontes temporais diferentes, especialmente quando o reporte de sustentabilidade trata de médio e longo prazo;
c. restrições específicas das normas contábeis para reconhecimento, mensuração ou inclusão de fluxos de caixa;
d. uso de cenários alternativos ou exploratórios para avaliar resiliência, riscos físicos ou riscos de transição associados a mudanças climáticas;
e. diferentes níveis de agregação entre informação de carteira, informação contábil e métrica de sustentabilidade;
f. diferenças entre dados observados, estimativas, *proxies*, premissas internas e informações de terceiros.

Quando essas diferenças forem significativas, a instituição deve avaliar se a divulgação precisa explicar a natureza da diferença, o motivo pelo qual ela existe e como o usuário deve interpretar as informações. A explicação deve ser proporcional à relevância da diferença e ao risco de que sua ausência gere interpretação equivocada.

Quadro 7.1 — Exemplos práticos de diferenças justificáveis entre premissas

Situação	Diferença possível	Tratamento recomendado
Análise de cenário climático, considerando um horizonte de 20 anos, enquanto a estimativa contábil usa um horizonte menor	Horizonte temporal e objetivo da análise são diferentes.	Explicar que a análise de resiliência considera cenários de longo prazo, enquanto a mensuração contábil segue requisitos específicos aplicáveis.
Plano de transição que prevê investimentos futuros, mas ainda não aprovados contratualmente	O plano pode ser relevante para efeitos previstos, mas ainda não configura obrigação presente que gere reconhecimento de ativo ou passivo.	Divulgar efeitos financeiros previstos, fontes de financiamento e limitações, sem sugerir reconhecimento contábil automático.
Premissa de preço de carbono é usada em análise de sensibilidade, mas não em todos os modelos de crédito	A premissa pode estar em estágio inicial de integração aos modelos.	Documentar o uso atual, explicar limitações e indicar, se relevante, como a instituição pretende evoluir a incorporação.
Risco físico identificado na região de garantias, mas que ainda não altera valor de colateral no modelo	Pode haver lacuna de dados ou incerteza de mensuração.	Fornecer informação qualitativa e indicar rubricas potencialmente afetadas, quando aplicável.

7.3. GOVERNANÇA E DOCUMENTAÇÃO DAS PREMISSAS

A governança das premissas é o mecanismo pelo qual a instituição identifica, aprova, revisa e documenta as bases utilizadas em divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e em processos financeiros correlatos. Tal governança deve evitar que áreas diferentes utilizem premissas incompatíveis, sem conhecimento recíproco ou sem justificativa técnica.

A governança pode ser integrada aos fóruns já existentes de riscos, finanças, contabilidade, planejamento, capital, sustentabilidade ou divulgação ao mercado. Não é necessário criar uma estrutura paralela, desde que os papéis, responsabilidades, critérios de aprovação e trilhas de evidência estejam claros.

A documentação das premissas deve permitir que a instituição reconstrua o racional técnico utilizado na preparação da divulgação. Isso inclui a origem dos dados, as limitações conhecidas, o julgamento aplicado, a relação com modelos financeiros ou de risco e a justificativa para eventuais diferenças em relação às demonstrações financeiras.

A profundidade e o nível de formalização da documentação também devem ser proporcionais à relevância da premissa, à complexidade da instituição e ao potencial efeito sobre a decisão dos principais usuários. Premissas usadas apenas para análises exploratórias podem exigir documentação mais simples. Já premissas que suportam efeitos financeiros quantitativos divulgados ao mercado, metas estratégicas, análise de cenários, perdas esperadas, valor justo ou *impairment* tendem a demandar evidência mais robusta, maior governança, versionamento e trilha de evidência. O mesmo cuidado se aplica às premissas que suportam a conclusão de que não há efeito quantitativo a divulgar – especialmente quando a instituição determinar que os efeitos não são separadamente identificáveis, que a incerteza de mensuração é elevada ou que ainda não possui habilidades, capacidades ou recursos para quantificá-los.

Quadro 7.2 — Elementos mínimos para documentação de premissas relevantes

Elemento	Descrição prática
Premissa utilizada	Descrição objetiva da hipótese, variável, parâmetro ou cenário utilizado.
Finalidade	Indicação de onde a premissa foi usada: efeito financeiro atual ou futuro, métrica, meta, matriz de risco, planejamento financeiro, modelo de crédito, valor justo ou nota explicativa.
Fonte de dados	Fonte interna ou externa, data de obtenção, versão da base e eventuais limitações conhecidas.
Racional técnico	Explicação de porque a premissa é apropriada para o risco, oportunidade, carteira, produto ou horizonte temporal analisado.
Responsável e aprovação	Área responsável pela preparação, revisor técnico e fórum ou instância de aprovação.
Consistência com demonstrações financeiras	Indicação de premissa correspondente nas demonstrações financeiras, quando existir, ou explicação de diferença relevante.
Incerteza e sensibilidade	Descrição das principais incertezas, limitações de mensuração, *proxies* utilizadas e possíveis impactos de mudanças razoavelmente possíveis.
Histórico de alterações	Registro de mudanças em relação ao período anterior e justificativa para alterações relevantes.

7.4. USO DE INFORMAÇÕES RAZOÁVEIS E VERIFICÁVEIS

O IFRS S1 e o IFRS S2 incorporam o conceito de utilização de todas as informações razoáveis e verificáveis disponíveis na data de reporte, sem demasiado custo ou esforço. Esse conceito é especialmente relevante para efeitos financeiros previstos, análise de riscos na cadeia de valor e avaliação de resiliência. Veja mais sobre mecanismo de proporcionalidade no Guia principal.

A instituição não é obrigada a realizar busca exaustiva de informações. No entanto, informações já utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, na gestão do modelo de negócios, na estratégia, na gestão de riscos, no planejamento financeiro ou em processos de crédito tendem a estar disponíveis sem demasiado custo ou esforço. Portanto, a instituição deve avaliar com cautela alegações de indisponibilidade de dados quando esses dados já são utilizados internamente para decisões relevantes.

Em instituições financeiras, exemplos de informações potencialmente disponíveis incluem bases de carteira, classificações setoriais, *ratings* internos, dados de garantias, localização de ativos financiados, histórico de perdas, renegociações, inadimplência, concentração de exposições, dados de captação de recursos, métricas de emissões financiadas e análises de sensibilidade realizadas para fins de gestão de riscos.

Cuidado de aplicação

A ausência de informação perfeita não elimina a necessidade de divulgação quando o risco ou a oportunidade for material. A instituição pode utilizar informação qualitativa, intervalos de valores, efeitos combinados, *proxies* ou explicações sobre limitações, desde que a divulgação seja útil, fidedigna e compatível com as informações disponíveis sem demasiado custo ou esforço.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Estabilidade Financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, v. 25, n. 1, maio 2026. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202605/RELESTAB202605-refPub.pdf Acesso em: 05 de ago. 2026.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). Guia de Implementação IFRS S1 e IFRS S2 para Instituições Financeiras Brasileiras. São Paulo. Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Guia%20de%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20IFRS%20S1%20e%20IFRS%20S2%20para%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%20Brasileiras.pdf. Acesso em: 05 de ago. 2026.

IFRS FOUNDATION. Disclosing Information About Anticipated Financial Effects Applying ISSB Standards, 2025. Disponível em: https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/supporting-implementation/issb-standards/disclosing-information-anticipated-financial-effects.pdf. Acesso em: 05 de ago. 2026.

IFRS FOUNDATION. Effects of Climate-related Matters on Financial Statements. Disponível em: https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/supporting-implementation/documents/effects-of-climate-related-matters-on-financial-statements.pdf. Acesso em: 05 de ago. 2026.

IFRS FOUNDATION. ISSB Materiality Education Material. Sustainability-related Risks and Opportunities and the Disclosure of Material Information. Disponível em: https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/supporting-implementation/issb-standards/issb-materiality-education-material.pdf. Acesso em: 05 de ago. 2026.

IFRS FOUNDATION. Plenary 5: Connectivity, 2024. Disponível em: https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/events-and-conferences/2024/september/wss/plenary-5-connectivity.pdf. Acesso em: 05 de ago. 2026.

IFRS FOUNDATION. Sustainability-related Financial Disclosures Webcasts. Disponível em: https://www.ifrs.org/connectivity/sustainability-related-fin-disclosures-webcasts/. Acesso em: 05 de ago. 2026.

INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB). IFRS S1: Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade. Normas IFRS de Divulgação de Sustentabilidade. Tradução para o português brasileiro. Londres: IFRS Foundation, jun. 2023. Disponível em: https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/. Acesso em: 05 de ago. 2026.

INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB). IFRS S2: Divulgações Relacionadas ao Clima. Normas IFRS de Divulgação de Sustentabilidade. Tradução para o português brasileiro. Londres: IFRS Foundation, jun. 2023. Disponível em: https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/. Acesso em: 05 de ago. 2026.

ANEXO A. MAPEAMENTO ILUSTRATIVO ENTRE TEMAS DE SUSTENTABILIDADE E POSSÍVEIS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS AFETADAS

A.1. FINALIDADE E USO DO MAPEAMENTO

Baseado nos conteúdos discutidos ao longo do Apêndice, este anexo apresenta matrizes ilustrativas para apoiar a análise de conectividade entre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e possíveis informações financeiras afetadas, tendo unicamente finalidade didática e operacional. Eles não representam situações obrigatórias de divulgação, não esgotam os riscos e oportunidades que podem ser materiais para uma instituição financeira e não substituem o julgamento técnico da administração.

A utilidade dos exemplos está em demonstrar a passagem entre o tema macro de sustentabilidade e a informação financeira, evitando a produção de uma narrativa de sustentabilidade isolada das demais informações financeiras da entidade.

A instituição deve avaliar seus riscos e oportunidades de acordo com suas circunstâncias específicas, seu modelo de negócios, sua exposição setorial e geográfica, suas carteiras, seus produtos, seus horizontes temporais e os dados razoáveis e verificáveis disponíveis na data de reporte.

Os exemplos também reforçam uma distinção central deste Apêndice: uma informação pode ser material para fins de divulgação financeira relacionada à sustentabilidade sem gerar, automaticamente, reconhecimento ou mensuração contábil nas demonstrações financeiras. Quando os critérios de reconhecimento ou mensuração das normas contábeis aplicáveis não forem atendidos, ainda pode ser necessário divulgar efeitos financeiros previstos, informações qualitativas, rubricas potencialmente afetadas, limitações de mensuração ou diferenças relevantes entre premissas.

A.2. CUIDADOS METODOLÓGICOS PARA APLICAÇÃO

A aplicação deste anexo deve preservar a distinção entre divulgação financeira relacionada à sustentabilidade e reconhecimento ou mensuração nas demonstrações financeiras. O IFRS S1 e o IFRS S2 exigem que a entidade divulgue informações úteis

aos principais usuários sobre riscos e oportunidades capazes de afetar suas perspectivas. Isso pode incluir efeitos já observados nas demonstrações financeiras, mas também efeitos previstos que ainda não atendem aos critérios de reconhecimento ou mensuração das normas contábeis aplicáveis.

Também é necessário distinguir os temas de sustentabilidade, risco ou oportunidade, canal de transmissão e efeito financeiro. Por exemplo, "cibersegurança e privacidade de dados" é um tema amplo; "invasão de sistemas do banco com vazamento de dados de clientes" é um risco mais específico; "redução da confiabilidade de clientes e investidores no banco" é um canal de transmissão; e "efeitos sobre perda de rentabilidade, aumento do custo de captação" são possíveis conexões financeiras.

Quando uma informação quantitativa não puder ser fornecida porque o efeito não é separadamente identificável, há alta incerteza de mensuração ou porque a instituição ainda não possui habilidades, capacidades ou recursos para estimar efeitos previstos, a divulgação qualitativa deve explicar a razão da não quantificação e identificar, quando aplicável, as rubricas, totais, subtotais ou informações financeiras provavelmente afetadas.

A.3. MATRIZ ILUSTRATIVA — CLIMA, TRANSIÇÃO E EMISSÕES FINANCIADAS

Os riscos e oportunidades relacionados ao clima tendem a ser o ponto de partida mais desenvolvido para a aplicação da conectividade, especialmente porque o IFRS S2 contém requisitos específicos sobre riscos físicos, riscos de transição, oportunidades relacionadas ao clima, métricas climáticas, emissões de gases de efeito estufa, emissões financiadas, alocação de capital, preço interno de carbono e metas climáticas.

Quadro A.1 — Clima, risco físico, de transição e emissões financiadas

Risco ou oportunidade possível	Canal de transmissão	Informações financeiras potencialmente afetadas
Risco físico agudo de enchentes, tempestades, deslizamentos ou eventos extremos.	Deterioração da capacidade de pagamento de clientes; danos à imóveis, garantias ou operações próprias.	Carteira de crédito; perdas esperadas; redução do valor de garantias e colaterais; LGD; provisões; despesas operacionais; custos de seguros; ativos próprios; notas de risco de crédito e risco operacional.
Risco físico crônico de seca, escassez hídrica, aumento de temperatura ou mudanças nos padrões climáticos.	Queda de produtividade de setores financiados; redução de receita de clientes.	aumento de inadimplência; reprecificação de risco; revisão de limites; concentração regional; ECL; renegociações; receitas de crédito; garantias; planejamento de carteira; notas sobre risco de crédito.

Risco ou oportunidade possível	Canal de transmissão	Informações financeiras potencialmente afetadas
Risco de transição regulatório de mudanças em legislação, tributação, metas setoriais, exigências de descarbonização ou preço de carbono.	Aumento de custos de clientes.	Necessidade de Capex de transição; pressão sobre margens; perdas esperadas; valor justo; aumento de *spreads*; receitas financeiras; exposição setorial; notas de risco.
Risco de transição tecnológico de mercado de substituição tecnológica; mudança de demanda ou perda de competitividade de setores intensivos em emissões.	Obsolescência de modelos de negócio dos clientes.	Alteração de fluxos de caixa projetados; mudança de apetite a risco; ECL; valor justo de instrumentos financeiros; receitas; concentração de carteira; planejamento financeiro.
Oportunidade de maior procura por produtos verdes; instrumentos de transição; *advisory*.	Expansão de financiamento sustentável e do mercado de capitais sustentável; captação temática.	Aumento de receitas de serviços e crédito; ampliação da carteira de financiamento sustentável; diferenciação comercial; despesas de estruturação; fluxos de caixa.

A.4. MATRIZ ILUSTRATIVA — NATUREZA, ÁGUA E BIODIVERSIDADE

Temas relacionados à natureza e à disponibilidade de recursos naturais podem afetar instituições financeiras principalmente por meio da exposição de clientes, contrapartes, garantias, cadeias de valor financiadas e regiões econômicas dependentes de recursos naturais.

Quadro A.2 — Natureza, água e biodiversidade

Risco ou oportunidade possível	Canal de transmissão	Informações financeiras potencialmente afetadas
Escassez hídrica em clientes agropecuários; industriais; saneamento; energia ou mineração.	Redução de produção; aumento de custos de produção; menor geração de caixa; deterioração da capacidade de pagamento.	Carteira de crédito; perdas esperadas; garantias; renegociações; receitas; concentração regional ou setorial; notas sobre risco de crédito.
Suspensão de licenças ou autorizações ambientais; irregularidade fundiária ou gestão de impactos ambientais.	Interrupção de atividade; restrição de mercado; aumento de custos de adequação das partes impactadas.	Provisões e contingências; ECL; perda de valor de ativos ou garantias; receitas; exposição setorial; notas sobre riscos legais, regulatórios e socioambientais.
Desmatamento em clientes ou suas cadeias de fornecimento.	Restrições comerciais à clientes; bloqueios de mercado; multas ou danos reputacionais; redução de captação de recursos (*funding*).	Carteira de crédito; perdas esperadas; concentração setorial; custo de capital; notas de risco de crédito e reputacional.
Oportunidade em soluções baseadas na natureza.	Atração de clientes com os novos produtos; aumento da procura por esse tipo de produto; atração de investidores; aumento de captação de recursos (*funding*).	Crescimento de receitas de crédito e serviços; carteira temática; despesas de estruturação; fluxos de caixa; métricas de oportunidade.

A.5. MATRIZ ILUSTRATIVA — SOCIAL, CAPITAL HUMANO E DIREITOS HUMANOS

Riscos e oportunidades sociais podem afetar instituições financeiras tanto diretamente, por meio de sua força de trabalho, práticas comerciais e relações com consumidores, quanto indiretamente, por meio de clientes e cadeias financiadas. A análise deve focar em efeitos financeiros relevantes e evitar transformar temas sociais em narrativas desconectadas de riscos, oportunidades, fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital.

Quadro A.3 — Capital humano, atendimento ao consumidor e direitos humanos

Risco ou oportunidade possível	Canal de transmissão	Informações financeiras potencialmente afetadas
Risco de capital humano pela dificuldade de retenção; pressões salariais ou falhas em cultura e conduta.	Perda de produtividade; escassez de competências; aumento de turnover, impactos na execução de estratégia e transformação digital.	Aumento das despesas administrativas; provisões trabalhistas; custos de pessoal; investimentos em capacitação; indicadores operacionais; notas de contingências.
Risco de conduta no atendimento ao consumidor por práticas comerciais inadequadas; falhas de transparência ou tratamento inadequado de clientes.	Aumento de reclamações, sanções e multas.	Provisões e contingências; perda de receitas; despesas operacionais; passivos regulatórios; notas de riscos legais e operacionais.
Risco de violação de direitos humanos em clientes ou cadeias financiadas.	Interrupção de projetos junto de clientes; vencimento antecipado; autuações de clientes; restrição em captação de recursos (*funding*).	Carteira de crédito; ECL; redução de valor de garantias; provisões; receitas; notas sobre risco socioambiental e concentração.
Oportunidade de inclusão financeira e impacto social positivo através de expansão de produtos voltados a inclusão; microcrédito; educação financeira, pequenos negócios ou regiões subatendidas.	Fomento aos pequenos negócios; diversificação de clientes; necessidade de controles de crédito e inadimplência; acesso a linhas específicas.	Novas receitas; carteira de crédito; perdas esperadas; despesas de originação; métricas de oportunidade e estratégia.

A.6. MATRIZ ILUSTRATIVA — SEGURANÇA CIBERNÉTICA, TECNOLOGIA E CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em instituições financeiras, esses temas podem ter efeitos relevantes sobre continuidade operacional, receitas, despesas, contingências, confiança de clientes, risco operacional e investimentos.

Quadro A.4 — Segurança cibernética, tecnologia e continuidade operacional

Risco ou oportunidade possível	Canal de transmissão	Informações financeiras potencialmente afetadas
Ataques; vazamento de dados; indisponibilidade de sistemas; fraude digital ou falhas de proteção de informações.	Interrupção de operações; multas; perda de clientes.	Aumento de despesas com remediação e seguros; provisões e contingências; receitas; investimentos em tecnologia; riscos operacionais; fluxos de caixa.
Falhas sistêmicas; indisponibilidade de canais digitais; dependência de provedores críticos ou concentração tecnológica.	Paralisação de sistemas; penalidades; impactos na experiência do cliente.	Redução de receitas; aumento de despesas administrativas; provisões; aumento de Capex/Opex tecnológico; ativos intangíveis; notas sobre riscos operacionais.
Oportunidade de automação; novos canais; análise de dados; eficiência operacional e novos produtos financeiros.	Eficiência de processos internos; melhoria da experiência do cliente.	Redução de custos; crescimento de receitas; despesas operacionais; aumento de Capex/Opex; intangíveis; fluxos de caixa; planejamento financeiro.

A.7. MATRIZ ILUSTRATIVA — GOVERNANÇA, *COMPLIANCE* E REPUTAÇÃO COM EFEITOS FINANCEIROS

Temas de governança, *compliance* e reputação devem ser tratados no Apêndice apenas quando houver conexão plausível com efeitos financeiros. O objetivo não é listar boas práticas de governança, mas identificar como eventos, falhas, decisões ou controles podem afetar fluxos de caixa, acesso a financiamento, custo de capital, provisões, receitas ou despesas.

Quadro A.5 — Governança, *compliance* e reputação com efeitos financeiros

Risco ou oportunidade possível	Canal de transmissão	Informações financeiras potencialmente afetadas
Falhas de aderência a normas prudenciais; socioambientais; climáticas; consumeristas ou de mercado de capitais.	Multas; restrições operacionais; impactos em reputação e redução de captação de recursos (*funding*).	Aumento de provisões; contingências; despesas com adequações; passivos regulatórios; notas de riscos legais e regulatórios.
Ausência de responsabilidades claras; controles frágeis ou inconsistência entre estratégia; metas e divulgação.	Divulgação inadequada; retrabalho; perda de confiança dos principais usuários; dificuldade de asseguração futura.	Despesas administrativas; notas explicativas quando houver efeito financeiro associado.
Melhoria da qualidade de reporte; integração de riscos e disciplina de premissas.	Acesso a investidores; redução de assimetria informacional; melhora de processos internos.	Melhora na captação de recursos (*funding*) no longo prazo; custo de capital; indicadores de relacionamento com investidores; planejamento financeiro.

A.8. MODELO PARA ADAPTAÇÃO PELA INSTITUIÇÃO

A matriz a seguir pode ser utilizada como base para adaptação interna. Recomenda-se que a instituição substitua os exemplos genéricos por seus próprios riscos e oportunidades materiais, vinculando-os a carteiras, produtos, regiões, segmentos de clientes, premissas, modelos e informações financeiras efetivamente utilizadas na gestão.

Quadro A.6 — Modelo de matriz para uso interno

Risco ou oportunidade	Canal de transmissão	Efeito financeiro	Rubrica, nota ou informação financeira relacionada	Horizonte	Tipo de divulgação	Evidência disponível
[Inserir risco ou oportunidade]	[Descrever mecanismo econômico-financeiro]	[Identificar o efeito financeiro na instituição gerado pelo canal de transmissão]	[Identificar rubrica, nota, métrica ou informação financeira]	[Curto, médio ou longo prazo]	[Quantitativa, qualitativa ou combinada]	[Modelo, premissa, estudo, aprovação, dado de carteira ou nota explicativa]



FEBRABAN

www.febraban.org.br
sustentabilidade@febraban.org.br